



Universidade do Minho
Instituto de Educação

Macedo José Diogo

**Currículo e internacionalização: o contexto
do ensino superior angolano e a agenda da
educação da Unesco 2030**

Macedo José Diogo **Currículo e internacionalização: o contexto do ensino superior angolano e a agenda da educação da Unesco 2030**

UMinho | 2018

outubro de 2018



Universidade do Minho
Instituto de Educação

Macedo José Diogo

**Currículo e internacionalização: o contexto
do ensino superior angolano e a agenda da
educação da Unesco 2030**

Dissertação de Mestrado
Mestrado em Ciências da Educação
Área de especialização em Desenvolvimento
Curricular e Inovação Educativa

Trabalho efetuado sob a orientação da
Doutora Maria Palmira Carlos Alves

DECLARAÇÃO

Nome: Macedo José Diogo

Endereço Electrónico: macedojosediogo@gmail.com

Titulo da Dissertação: **Currículo e internacionalização: o contexto do ensino superior angolano e a agenda da educação da Unesco 2030**

Orientador: Maria Palmira Carlos Alves

Ano de conclusão. 2018

Dissertação em Ciências da Educação, Área de Especialização em Desenvolvimento Curricular e Inovação Educativa

É AUTORIZADA A REPRODUÇÃO PARCIAL DESTA DISSERTAÇÃO, PARA FINS DE INVESTIGAÇÃO, MEDIANTE DECLARAÇÃO ESCRITA DO INTERESSADO, QUE A TAL SE COMPROMETE.

Universidade do Minho, Outubro de 2018

Macedo José Diogo

- 1 *A educação e o ensino são as mais poderosas armas que podemos usar para mudar o mundo.*
- 2 *Devemos promover a coragem onde há medo, promover o acordo onde existe conflito e inspirar esperança onde há desespero.*

(Nelson Mandela)
“Político e pensador”

Agradecimentos

Primeiramente dar graças a Deus pelo fôlego de vida, sem a graça que nos concede em respirar e ter saúde não seria possível existir para aventurar-me neste desejo de vencer.

Agradecimento especial a Doutora Maria Palmira Carlos Alves pela paciência e demonstração de grande interesse em ver-me crescer e encorajamento para alcançar os meus objectivos, para mim além de orientadora é uma mãe. Muito obrigado por ser a pessoa que é, decerto que os seus conselhos e orientações me servirão não só para esta dissertação, mas para a vida.

Agradeço aos restantes professores e colegas do mestrado, que directa e indirectamente contribuíram para o meu aprendizado através dos seus ensinamentos e partilha de conhecimentos.

Uma palavra amiga ao professor José Augusto Pacheco pela simplicidade, disponibilidade e abertura em ouvir, não só a mim, como também aos demais estudantes.

Agradecimento aos intervenientes no estudo por aceitarem ser entrevistados e por fornecerem valiosas informações, sempre com o intuito de contribuir para a melhoria da qualidade e funcionamento do ensino superior em Angola.

Agradecimento a minha mãe Antónia Diogo, sempre preocupada em apoiar-me e pelo que permitiu-me ser o que sou até hoje.

À minha esposa Donizete Diogo pelo tempo de espera e por gerir o lar com duplo papel na minha ausência, a minha filha Maeny Diogo pela inspiração e a Joseline de Sousa pelo auxílio na gestão das questões de família devido a minha ausência.

Resumo

Mestrado em Ciências da Educação – Área de especialização em Desenvolvimento Curricular e Inovação Educativa

Currículo e internacionalização: o contexto do ensino superior angolano e a agenda da educação da Unesco 2030

Macedo José Diogo

Universidade do Minho, 2018

Os debates sobre as estratégias de desenvolvimento a longo prazo dos Estados situam-se, essencialmente, num plano multidisciplinar e prospectivo, tendo em atenção, ainda, que a complexidade e incapacidade de dominar fenómenos que ameaçam o mundo actual, desafiam os responsáveis pelas tomadas de decisões a ter uma atenção acrescida às tendências fundamentais que irão modelar a realidade educativa. A internacionalização dos estudos curriculares pode ser compreendida como a criação de espaços transnacionais, onde as tradições de conhecimento local na investigação curricular podem ser protagonizadas em conjunto, não apenas como representações locais. Esta é uma missão que cabe, sobretudo, às Universidades, através do currículo que perseguem nos seus cursos, pelo que é neste contexto que emerge a nossa questão de investigação: como se concilia e conflitua a missão do Ensino Superior em Angola, no âmbito da Educação para a Cidadania Global, com as intervenções das instituições internacionais (UNESCO) na formulação de uma política educativa e curricular? Para a concretização desta problemática, elegemos como principais objectivos: conhecer as perspectivas dos agentes políticos e curriculares, sobre a formulação do currículo educacional do ensino superior em Angola; sobre as políticas criadas para o controlo da eficácia do currículo do ensino superior; avaliar da necessidade de um currículo coeso que articule a missão do Ensino Superior nacional com os objectivos das instâncias internacionais; e analisar os vários planos e estratégias governamentais (PND, PNFQ, PDN) e a conciliação com a agenda da UNESCO.

Para atingir os objectivos realizámos uma investigação de natureza qualitativa descritiva; com recurso a quatro entrevistas semi-estruturadas, junto de entrevistados que desempenham funções de gestão e liderança, bem como em quadros com cargos de chefia de departamento. Os principais resultados revelam que em Angola não existe um órgão único responsável pela formulação do currículo, à semelhança de outros Estados membros da UNESCO; não existem normativos nem dispositivos de controlo da eficácia do currículo e não existe uma harmonização/coesão entre o currículo no ensino superior.

Os resultados apontam também que a missão do ensino superior em Angola está dentro das recomendações da Agenda da Educação UNESCO 2030 embora a internacionalização curricular seja, ainda, incipiente.

Palavras-chave: Currículo; Educação; Globalização; Internacionalização

Abstract

Master in Educational Sciences – Specialization Area Curriculum Development and Educational Innovation

Curriculum and Internationalization: the higher education Angolan Context and the Education Agenda of UNESCO 2030

Macedo José Diogo

Universidade do Minho, 2018

Discussions on the long-term strategies of the development of the States are essentially a multidisciplinary approach, adding that the complexity and inability to decide phenomena that threaten today's world decision makers to pay more attention to the fundamental trends that will shape the educational reality. The internationalization of curricular studies can be understood as the creation of transnational spaces, where traditions of local knowledge in curricular research can be carried out together and not only as local representations. This is a mission that, above all, belongs to the Universities, through the curriculum they pursue in their courses, so it is in this context that our research question emerges: how the mission of Higher Education in Angola is linked and/or conflicts within the scope of Education for Global Citizenship, with the interventions of international institutions (UNESCO) in the formulation of an educational and curricular policy? To achieve this, we have chosen these main objectives: to know the perspectives of the political and curricular agents, on the formulation of the educational curriculum of higher education in Angola; on policies designed to monitor the effectiveness of the higher education curriculum; to evaluate the need for a cohesive curriculum that articulates the mission of the National Higher Education with the objectives of the international bodies; and analyze the various government plans and strategies (PND, PNFQ, PDN) and reconciliation with the UNESCO agenda.

In order to achieve the objectives, we carried out an investigation of a qualitative descriptive nature; with the use of four semi - structured interviews with interviewees who perform management and leadership roles, as well as in management positions with department heads. The main results show that in Angola there is no single body responsible for formulating the curriculum, like other UNESCO Member States; there are no rules or arrangements to monitor the effectiveness of the curriculum and there is no harmonization / cohesion between the curriculum in higher education. The results also indicate that the mission of higher education in Angola is within the recommendations of the UNESCO Education Agenda 2030, although the internationalization is still at the beginning.

Keywords: Curriculum; Education; Globalization; Internationalization

ÍNDICE

DECLARAÇÃO	ii
Agradecimentos	v
Resumo	vii
Abstract	ix
ÍNDICE DE QUADROS	xiii
ÍNDICE DE FIGURAS E APÊNDICE	xiv
ABREVIATURAS	xv
Introdução	17
CAPITULO I	23
Da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), aos conceitos de Currículo, Globalização e Internacionalização.	23
1.1 A UNESCO e a Agenda da Educação 2030	23
1.2 Conceitos de currículo e conceitos de Globalização	26
1.3 Globalização e suas implicações nas políticas educativas e curriculares	31
1.4 O Campo Curricular e a Internacionalização	34
1.5. Do currículo à problemática da cidadania global	40
CAPITULO II	45
Como se concilia e conflitua a missão do ensino Superior em Angola e a intervenção da UNESCO na formulação da política educativa e curricular?	45
2.1 Implantação e evolução do ensino superior em Angola	45
2.2 A missão e atribuições do ensino superior em Angola	49
2.3 Pontos de conciliação e distanciamento entre a missão do ensino superior em Angola e a UNESCO - Agenda da Educação 2030	55
2.4 Dos planos e estratégias governamentais de Angola e seus desafios inspirados nos objetivos da UNESCO	56
2.4.1 A Estratégia Nacional a Longo Prazo “ Angola 2025”	57
2.4.2 O Plano Nacional de Desenvolvimento (PND 2013-2017)	58
2.4.3 Plano de Desenvolvimento Nacional 2018-2022	64
Capitulo III	71
Opções Metodológicas	71
3.1 Natureza da Investigação	71
3.2 Caracterização dos contextos do estudo	71
3.2.1. Ministério do Ensino Superior, Ciência, Tecnologias e Inovação (MESCTI)	72

3.2.2 Universidade Pública (UP1)	73
3.2.3 Universidade Pública (UP2)	73
3.2.4 Instituto Superior (IS)	74
3.3 Selecção e caracterização dos intervenientes no estudo	75
3.4 Técnicas e instrumentos de recolha de dados: A entrevista	76
3.5. Procedimentos de recolha de dados.....	80
3.6 Questões éticas	83
3.7. Limitações do estudo	86
Capítulo IV	89
Apresentação e discussão dos resultados	89
4.1 Introdução	89
4.2. Recapitulação da informação metodológica.....	91
4.3 Análise de conteúdo das entrevistas:	92
4.4 Síntese dos resultados.....	98
CONSIDERAÇÕES FINAIS	101
REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS	107
APÊNDICES	111

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 Movimento da internacionalização do campo curricular/educação (Elaborado pelo autor com base na revisão da literatura)	36
Quadro 2 Descrição dos objectivos e prioridades do ensino superior traçados pelo PND (adaptado do PND).	61
Quadro 3 Descrição dos programas e medidas de políticas do ensino superior traçadas pelo PND (Extraído e adaptado do PND).	63
Quadro 4 Descrição das instituições e dos intervenientes no estudo.	90

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 Influência da globalização nas políticas educativas e no currículo (elaboração própria)	32
Figura 2 Imagem extraída da Internet, simbolizando cidadãos universais unidos, idealizando a terra como o seu país.	41
Figura 3 Logótipo dos estudos superiores em Angola.	46
Figura 4 Mapa ilustrativo das 8 regiões académicas	48

ABREVIATURAS

ANGOP- Agência Angola Press

ADEA- Associação para o Desenvolvimento da Educação em África

BM- Banco Mundial

BEE- Bolsa de Estudo Externa

BEI- Bolsa de Estudo Interna

CRA- Constituição da República de Angola

CPLP- Comunidade de Países de Língua Portuguesa

ES- Ensino Superior

ENFQ- Estratégia Nacional de Formação de Quadros

ELP- Estratégia a Longo Prazo

FMI- Fundo Monetário Internacional

INAGBE- Instituto Nacional de Gestão de Bolsas de Estudo

ISCED- Instituto Superior de Ciências da Educação

IES- instituições de Ensino Superior

IAACS- Associação Internacional para o Avanço dos Estudos Curriculares

I &D - Investigação e Desenvolvimento

MESCTI- Ministério do Ensino Superior, Ciência, Tecnologia e Inovação

NCP- Normas Curriculares e Pedagógicas

ODS- Objectivos de Desenvolvimento Sustentável

OCDE- Organização para Cooperação e Desenvolvimento Económico

OI- Organizações Internacionais

ONU- Organização das Nações Unidas

OET- Objectivos de Educação para Todos

ODM- Objectivos de Desenvolvimento do Milénio

PND- Plano Nacional de Desenvolvimento

PNFQ- Plano Nacional de Formação de Quadros

PDN- Plano de Desenvolvimento Nacional

PIB- Produto Interno Bruto

PNCTI- Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação

PNFD- Programa Nacional de Formação Doutoral

SNCTI- Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação

SADC- Comunidade de Desenvolvimento da África Austral

UNESCO- Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e Cultura

UAN- Universidade Agostinho Neto

UNIKIVI- Universidade Kimpa Vita

UA- União Africana

Introdução

Motivações para o Estudo

Depois da independência, em 1975, Angola continuou até 2002 mergulhada num conflito armado, o que dificultou o seu desenvolvimento a todos os níveis, nomeadamente, a nível educativo. Depois destes anos de conflito armado, urgia reconstruir e desenvolver o país, traçando prioridades de actuação. Esta realidade levou o Ministério da Educação a lançar, em 2001, a Estratégia Integrada para a Melhoria do Sistema de Educação 2001-2015 (GRA, 2001), a qual foi aprovada em Conselho de Ministros. Definiu, também, a Lei de Bases do Sistema da Educação (LBSE), Lei n.º 13/01, de Dezembro de 2001, aprovada pela Assembleia Nacional, (AN), 2001, (revogada pela Lei n.º 17/16 de 7 de Outubro, actual LBSE, também aprovada pela AN), tudo no âmbito do projecto de reestruturação do sistema de educação. Posteriormente, foram publicados vários documentos de estratégia nacional: A Estratégia de Desenvolvimento de Longo Prazo “Angola 2025”, que perseguia a construção de uma sociedade democrática e participativa, garantindo os direitos e liberdades dos cidadãos, conforme já plasmado na Constituição da República.

A Estratégia de Desenvolvimento de Longo Prazo – Angola 2025 – é o resultado de estudos profundos e de amplas consultas e debates, que tiveram lugar em todo o território nacional e nela se reflectem os grandes desígnios nacionais a realizar a longo prazo: garantir a unidade e coesão nacional, promovendo a paz e a angolanidade; promover o desenvolvimento humano e o bem-estar, erradicando a fome, a pobreza e a doença e elevando o nível educacional e sanitário da população; promover um desenvolvimento sustentável, assegurando a utilização eficaz dos recursos naturais e uma justa repartição do rendimento nacional; garantir um ritmo elevado de desenvolvimento económico com estabilidade macroeconómica e diversidade estrutural; desenvolver de forma harmoniosa o território nacional, estimulando a competitividade dos territórios e promovendo as regiões mais desfavorecidas; construir uma sociedade democrática e participativa, garantindo as liberdades e direitos fundamentais e o desenvolvimento da sociedade civil; promover a inserção competitiva do país na economia mundial, garantindo uma posição de destaque na África subsariana.

A Estratégia de Desenvolvimento a longo prazo-Angola 2025 está definida numa base global e nacional e assenta num modelo que envolve cinco dimensões: desenvolvimento humano, desenvolvimento económico, desenvolvimento sócio-cultural, desenvolvimento científico-tecnológico e desenvolvimento político-institucional. Esta estratégia foi projectada para ser desenvolvida num horizonte de 25 anos, em três etapas, com objectivos e metas concretas e susceptíveis de serem adaptadas em função das alterações e ajustamentos que viessem a revelar-se necessários e oportunos. Assim, as prioridades e etapas eram: 2000-2005 (Paz, Reconstrução Nacional e Arranque do Crescimento Económico); 2005-2015 (Consolidação da Reconstrução Nacional, Modernização e Desenvolvimento); 2015-2025 (Sustentabilidade e Crescimento).

A primeira e a segunda podem ser caracterizadas como as etapas da criação de condições essenciais ao processo de desenvolvimento económico, com particular destaque para a reconstrução das infra-estruturas económicas e sociais e para a estabilização macroeconómica e financeira.

Relativamente à educação, a estratégia propõe a reabilitação das escolas e o aumento do número de alunos de cerca de um milhão e meio para mais de sete milhões. A prossecução dos grandes objectivos da Estratégia de Desenvolvimento de Angola a Longo Prazo, assim como, a viabilização das opções estratégicas, pressupõe a existência de um consenso nacional sobre as tarefas fundamentais que deverão ser desenvolvidas e que traduza a ambição nacional.

Estas tarefas estão relacionadas com novos valores a interiorizar, velhos comportamentos a corrigir, novas atitudes a adoptar, bem como, um conjunto de políticas públicas e reformas estruturantes que deverão ser implementadas, independentemente de quem vier a ser poder, que serão fundamentais para a sustentabilidade, equidade e modernidade, em diversos domínios, entre eles, o da Educação-Formação, que nos interessa particularmente para esta investigação.

O Plano Nacional de Desenvolvimento “PND” 2013-2017 é um plano a médio prazo que operacionaliza a Estratégia de Desenvolvimento de Longo Prazo “Angola 2025”; a Estratégia Nacional de Formação de Quadros “ENFQ” e o Plano Nacional de Formação de Quadros “PNFQ” (GA, 2012a; GA,2012b), que regulam a formação de quadros nacionais e estão articulados com a Estratégia de Desenvolvimento de Longo Prazo “Angola 2025”.

O PND (2013-2017) tem o enquadramento estratégico de longo prazo estabelecido pela Estratégia Nacional “Angola 2025”, que fixa as grandes Orientações para o Desenvolvimento de Angola, de que se destacam:

1. Garantir a Unidade e a Coesão Nacional;
2. Construir uma Sociedade Democrática e Participativa, garantindo as liberdades e direitos fundamentais e o desenvolvimento da sociedade civil;
3. Promover o Desenvolvimento Humano e o Bem-Estar dos Angolanos, assegurando a Melhoria da Qualidade de Vida, Combatendo a Fome e a Pobreza Extrema;
4. Promover o Desenvolvimento Sustentável, Competitivo e Equitativo, garantindo o Futuro às Gerações Vindouras;
5. Promover o Desenvolvimento da Ciência, Tecnologia e Inovação;
6. Apoiar o Desenvolvimento do Empreendedorismo e do Sector Privado;
7. Desenvolver de Forma Harmoniosa o Território Nacional;
8. Promover a Inserção Competitiva da Economia Angolana no Contexto Mundial e Regional.

Os debates sobre as estratégias de desenvolvimento a longo prazo dos Estados situam-se, essencialmente, num plano multidisciplinar e prospectivo, tendo em atenção, ainda, que a complexidade e incapacidade de dominar fenómenos que ameaçam o mundo actual, desafiam os responsáveis pelas tomadas de decisões uma atenção acrescida às tendências fundamentais que irão modelar a realidade educativa.

Neste momento, em Angola, o subsistema de ensino superior já está implantado nas 18 províncias do país, de modo a que o currículo que seguem ajude a construir uma cidadania activa, ou seja, uma consciência positiva que promova o empenho individual de todos nas tarefas que visam o desenvolvimento harmonioso de Angola. É um exercício a ser feito por especialistas, que requer investigação científica.

É neste contexto que nos sentimos convocados a realizar esta investigação, sendo que o currículo, no contexto africano, tem sido um motivo de reflexão e grande problematização, por diversos investigadores a nível internacional.

Problemática e objectivos

Compreender os problemas globais, as interdependências norte-sul e as assimetrias e desigualdades sociais implica uma análise complexa da realidade do processo de globalização e dos contextos, ora ao nível local, ora ao nível global. A Educação para a Cidadania Global é uma resposta alternativa para pensar sobre estas questões, uma vez que procura a acção comprometida dos cidadãos no sentido da transformação social, tendo por base valores como a solidariedade, a justiça social e a equidade. Esta é uma abordagem inovadora que se designa como Educação para a Cidadania Global Crítica, ao contrário de uma diferente perspectiva que tem como propósito a capacitação dos indivíduos para a acção, usando estratégias de sensibilização para as questões globais e para a melhoria das condições de vida, no sentido de um mundo ideal. Esta abordagem à Educação para a Cidadania Global procura capacitar os indivíduos para a reflexão crítica e para a responsabilização sobre as suas decisões e acções, para que o compromisso assumido seja informado, responsável e orientado por uma conduta ética. Esta é uma missão que cabe, sobretudo, às Universidades, através do currículo que perseguem nos seus cursos, pelo que é neste contexto que emerge a nossa questão de investigação: como se concilia e conflitua a missão do Ensino Superior em Angola, no âmbito da Educação para a Cidadania Global, com as intervenções das instituições internacionais (UNESCO) na formulação de uma política educativa e curricular?

Para a concretização desta problemática, elegemos os seguintes objectivos:

- Conhecer as perspectivas dos agentes políticos e curriculares, sobre a formulação do currículo educacional do ensino superior em Angola;
- Compreender os avanços registados neste subsistema de ensino e a forma como foi expandido fora da capital, Luanda;
- Compreender as políticas criadas para o controlo da eficácia do currículo do ensino superior;
- Avaliar a necessidade de um currículo coeso que articule a missão do Ensino Superior nacional com os objectivos das instâncias internacionais;
- Analisar os vários planos e estratégias governamentais (PND, PNFQ, PDN) e a conciliação com a agenda da UNESCO;

- Conhecer as políticas traçadas para que o ensino superior em Angola possa contribuir para formar o cidadão universal;
- Conhecer a aproximação das políticas traçadas e o interesse na internacionalização do currículo;
- Analisar as intervenções de algumas instituições internacionais, nomeadamente, a UNESCO, na formulação de uma política educativa e curricular.

Estrutura da investigação

Este estudo é estruturado da seguinte forma: para além desta introdução em que enquadrámos o estudo, no capítulo I, caracterizamos a organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e problematizamos os conceitos de Currículo, Globalização e Internacionalização. No capítulo II, abordamos os aspectos ligados ao ensino superior em Angola, propriamente a partir da sua implantação, as intervenções da (UNESCO) na política curricular, apresentamos alguns programas, estratégias e planos do governo da República de Angola, visando aproximar a sua política curricular às agendas e padrões internacionais.

No capítulo III, apresentamos as opções metodológicas que suportaram o trabalho empírico.

No capítulo IV, apresentamos e discutimos os principais resultados.

Estes resultados, triangulados com a revisão da literatura, conduziram-nos às considerações finais. As referências bibliográficas e os apêndices põem conclusão a esta investigação.

CAPITULO I

Da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), aos conceitos de Currículo, Globalização e Internacionalização.

1.1 A UNESCO e a Agenda da Educação 2030

A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - (UNESCO) - (acrónimo de United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization) é uma organização fundada em Paris, em 4 de Novembro de 1946, com o objectivo de contribuir para a paz e segurança no mundo, mediante a educação, a ciência, a cultura e as comunicações.

A Organização das Nações Unidas tem desempenhado um papel fundamental no contexto das nações, sendo que a UNESCO, responsável pela área da cultura, ciência e educação traçou metas que visam preparar o cidadão para a educação global.

As actividades culturais procuram a salvaguarda do património cultural, o estímulo da criação e a criatividade e a preservação das entidades culturais e tradições orais, assim como, a promoção dos livros e a leitura. Em matéria de informação, a UNESCO promove a livre circulação de ideias por meios audiovisuais, fomenta a liberdade de imprensa e a independência, o pluralismo e a diversidade dos meios de informação, através do Programa Internacional para a Promoção da Comunicação.

O seu principal objectivo é reduzir o analfabetismo no mundo. Para isso, a UNESCO financia a formação de professores, sendo que uma das suas actividades mais antigas é a criação de escolas em regiões de refugiados.

Na área de ciência e tecnologia, promoveu pesquisas para orientar a exploração dos recursos naturais. Outros programas importantes são os de protecção dos patrimónios culturais e naturais, além do desenvolvimento dos meios de comunicação. A UNESCO criou o World Heritage Centre (Centro de Património Mundial) para coordenar a preservação e a restauração dos patrimónios históricos da humanidade, com actuação em 112 países.

Os objectivos educativos da UNESCO são, principalmente, apoiar a Educação para Todos (EPT), a fim de assegurar a liderança global e regional na educação para fortalecer os sistemas de

ensino em todo o mundo, desde a infância até a idade adulta, para responder aos desafios globais contemporâneos, através da educação. Sendo a única agência das Nações Unidas com um mandato para cobrir todos os aspectos da educação, o trabalho da UNESCO abrange o desenvolvimento da educação desde a educação pré-escolar até ao ensino superior, incluindo o ensino técnico e profissional e de formação, a educação não-formal e de alfabetização. A organização concentra-se em formas de aumentar a equidade e o acesso ao ensino, melhorando a sua qualidade e garantindo que a educação desenvolve conhecimentos e competências em áreas, tais como, o desenvolvimento sustentável, HIV e AIDS, direitos humanos e igualdade de género. A UNESCO trabalha com governos e uma ampla gama de parceiros para tornar os sistemas de educação mais eficazes, através de uma mudança de políticas.

Esta organização coordena o movimento Educação para Todos, acompanha as tendências do ensino e aumenta o perfil de necessidades educacionais nas agendas de desenvolvimento global. Importa-nos aflorar que os problemas globais, as interdependências entre os vários países, as desigualdades sociais e outros problemas do cenário internacional, impõem uma análise rigorosa da realidade e, ao mesmo tempo, perceber o processo de globalização, nos seus variados níveis, isto é, a nível local e a nível global.

A Agenda 2030 para o Desenvolvimento sustentável é um programa ambicioso, desejável e universal para erradicar a pobreza através do desenvolvimento sustentável até 2030.¹

Quando a nova agenda foi aprovada (Setembro de 2015), a comunidade internacional reconheceu que a educação é fundamental para o sucesso dos 17 objectivos aí traçados.

As ambições no campo da educação reflectem-se, essencialmente, no objectivo do desenvolvimento sustentável, que visa “garantir uma educação de qualidade inclusiva e equitativa e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos”.

A Declaração de Incheon, adoptada no Fórum Mundial de Educação (República da Coreia em Maio de 2015), confiou a UNESCO, como agência das Nações Unidas especializada em educação, a direcção e a coordenação da Agenda da educação 2030, com os seus parceiros.

¹ Fonte: *Página do Centro Regional de Informação das Nações Unidas*

A Agenda da Educação 2030 supera as tentativas anteriores de garantir o acesso à educação básica, conforme estabelecido nos Objectivos de Educação para Todos (OET) e nos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) 2000-2015, relacionados com a educação.

O novo escopo da Agenda da Educação 2030 estende-se desde a aprendizagem na primeira infância à educação superior e à educação e formação de jovens e adultos; premiando a aquisição de habilidades para trabalhar, a agenda salienta a importância da educação para a cidadania num mundo plural e interdependente; concentra-se na inclusão, equidade e igualdade entre ambos os sexos; e visa garantir resultados de qualidade na aprendizagem para todos ao longo da vida.

Como frisamos acima, a agenda é bastante rica e desejável dada a sua estruturação em vários eixos e em vários níveis de ensino. O nosso estudo incide no ensino superior e no eixo da educação para o desenvolvimento, também chamada educação para a cidadania num mundo plural e interdependente (cidadania global), focada em formar o cidadão global, que procura a acção comprometida dos cidadãos no sentido da transformação social, tendo por base valores como a solidariedade, a justiça social e a equidade.

A principal responsabilidade pela implementação da agenda é dos governos, sendo que a UNESCO e seus parceiros fornecem assessoria coordenada sobre questões políticas, assistência técnica, desenvolvimento de capacidade e monitorização do progresso aos níveis global, regional e nacional.

1.2 Conceitos de currículo e conceitos de Globalização

A educação é o principal serviço que o Estado deve oferecer na era da globalização. É o nível de ensino que, cada vez mais, define as nações como ricas e pobres.

(Edward Glaeser)

O termo currículo é de etimologia latina, *currere*, que significa caminho, trajetória ou jornada a seguir.

Achamos importante fazer referência que o currículo, no campo educacional, é considerado como um conceito carregado de ambiguidade, no que concerne a posição dos mais variados e renomados autores.

Ribeiro (1985, p. 212, citado por Pacheco, 2001, p. 15) afirma que o conceito de currículo não possui um sentido unívoco, existindo “na diversidade de funções e de conceitos em função das perspectivas que se adoptam, o que vem traduzir-se, por vezes, em alguma imprecisão acerca da natureza e âmbito do currículo”. Deste modo, Heubner (1985, p. 212), reportando-se a falta de precisão no termo currículo, diz que a “palavra aponta para diversas, e inclusive paradoxais, intenções dos educadores; sendo ambíguo, falta-lhe precisão, refere-se de um modo geral a programas educativos das escolas”.

Alves (2004, p. 161) salienta que o currículo é um território com diversas texturas e interações entre o pensamento dos professores e dos alunos (as suas teorias, crenças e conhecimento) e a cultura (os conteúdos, as tarefas, as tradições académicas...).

Para Pacheco (2001, pp. 15-16) o conceito encerra duas ideias principais, que são a “sequência ordenada” e “a totalidade de estudos”, com base nas quais se “manifesta (...) um conceito de currículo definido em termos de projecto, incorporado em programas/planos de intenções, que se justificam por experiências educativas, em geral, e por experiências de aprendizagem, em particular”.

Continuando, Pacheco (ibidem) afirma que, se o currículo comparado a um jogo de regras, torna-se pela sua própria natureza e dimensão, bastante problemático e conflitual sempre que se procura defini-lo. Aliás, cada definição não é neutral, senão que nos define e situa em relação a esse campo. Insistir numa definição abrangente de currículo poder-se-á tornar-se extemporâneo e negativo dado que, apesar da recente emergência do currículo como campo de estudos e como conhecimento especializado ainda existe um acordo generalizado sobre o que verdadeiramente significa.

Situando-nos nessa divergência e no espectro da variabilidade conceptual do termo, duas definições mais comuns se contrapõem: uma formal, como um plano previamente planificado a partir de fins e finalidades; outra informal, como um processo decorrente da aplicação do referido plano.

Integram-se, na 1ª perspectiva, as definições que apontam para o currículo como um conjunto de conteúdos a ensinar (organizados por disciplinas, temas, áreas de estudo) e como o plano de acção pedagógica, fundamentado e implementado num sistema tecnológico; na 2ª perspectiva, enquadram-se as definições que caracterizam o currículo como um conjunto de experiências educativas e como um sistema dinâmico, probabilístico e complexo, sem uma estrutura predefinida.

Citando Tanner e Tanner (1987, Pacheco, 2001, p. 16) refere que o currículo, enquanto projecto educativo e projecto didáctico, encerra três ideias chave: de um propósito educativo planificado no tempo e no espaço em função de finalidades; de um processo de ensino-aprendizagem, com referência a conteúdos e actividades; de um contexto específico - o da escola ou organização formativa (...).

Outras definições de currículo, propostas por alguns autores (Zabalza, 1992) embora referindo o plano ou o programa, apresentam-no como o conjunto das experiências educativas vividas pelos alunos dentro do contexto escolar, ora como um propósito bastante flexível que permanece aberto e dependente das condições da sua aplicação. Quer dizer que não se conceituará o currículo como um plano, totalmente previsto, mas como um todo organizado em função de questões previamente planificadas, do contexto em que ocorre e dos saberes, atitudes, valores,

crenças que os intervenientes trazem consigo, com a valoração das experiências e dos processos de aprendizagem.

Após estas leituras, depreendemos que, a partir do significado etimológico existe uma aproximação ao conceito de currículo, em cujas definições estão presentes tanto a perspectiva de planificação e ordenamento dos objectivos, conteúdos ou competências de aprendizagem, ou seja, programas educativos (o currículo prescrito), como a de implementação dos planos de aprendizagem, com a respectiva dos resultados (o currículo implementado, experienciado e avaliado).

Encontramos, assim, um conceito de currículo definido em termos de projecto, incorporado em programas/planos de intenções, que se justificam por experiências educativas, em geral, e por experiências de aprendizagem, em particular

Por seu lado, o conceito de globalização é de origem anglo-saxónica, foi forjado nas escolas de gestão americanas, e sinónimo, em França, de mundialização e traduz o extraordinário desenvolvimento das relações económicas, sociais, culturais e políticas a nível mundial, a partir dos anos 1980 (Sousa, 2005).

O mesmo autor considera que o termo serve para designar um movimento complexo de abertura de fronteiras económicas e de desregulamentação, que permitiu às actividades económicas capitalistas estender o seu campo de acção ao conjunto do planeta. O desmoronamento do bloco soviético e o aparente triunfo planetário do modelo liberal, no início dos anos 1990, acompanhados do desenvolvimento das telecomunicações, deram a esta noção uma validade histórica. A globalização constitui, assim, uma nova etapa na evolução do capitalismo industrial, sucedendo à internacionalização das empresas e capitais.

Sob o ponto de vista económico, a noção de globalização integra três fenómenos diferentes: o primeiro fenómeno é o do desenvolvimento rápido dos mercados financeiros mundiais nos finais dos anos 1970, estimulados pela desregulamentação dos mercados financeiros e pelo aparecimento de novas tecnologias de informação; o segundo fenómeno é o da mundialização das actividades das empresas tanto do sector manufactureiro como dos serviços; e o terceiro fenómeno, que é de natureza ecológica, traduz uma inquietude geral, que se desenvolveu a partir de finais dos anos 1980.

Estes três fenómenos estão na origem do sentimento de que os poderes públicos não podem controlar o funcionamento dos mercados, num mundo onde reina a incerteza e a instabilidade real ou latente.

Segundo a OCDE, a mundialização desenvolveu-se em várias fases, a última das quais, a da globalização (década de 1980) corresponde à instalação de verdadeiras redes planetárias, graças aos progressos da tecnologia e dos serviços. Os Estados tornam-se cada vez mais interdependentes, prisioneiros do “sistema-mundo”. Falar de globalização é evocar a dominação do sistema capitalista sobre o espaço mundial. Este fenómeno inscreve-se numa tendência de submissão progressiva de todos os espaços físicos e sociais à lei do capital, à lei da acumulação contínua, que é a finalidade suprema do sistema capitalista. Hoje em dia, muitos aspectos da vida das pessoas são influenciados por organizações e redes sociais, localizadas a muita distância da sociedade onde vivem. Um aspecto crucial no estudo da globalização é a emergência de um sistema mundial – ou seja, há razões para se olhar o mundo como uma única ordem social.

Boniface (1999) faz equivaler o termo mundialização ao termo globalização, salientando que o termo mundialização corresponde a uma tradução da palavra norte-americana *globalization*, surgida no início dos anos 80 do século XX. Descrevia, inicialmente, a convergência dos mercados no mundo e a facilidade crescente de circulação dos fluxos financeiros. O seu sentido estendeu-se muito rapidamente ao conjunto das trocas (em diversos âmbitos) entre as diferentes partes do globo e a sua aceleração graças aos novos meios de comunicação. É, simultaneamente, um processo banal, mas também uma verdadeira revolução ao mundo. O termo tem raízes com vários séculos de antiguidade, mas pode, com toda a justiça, ser considerado a principal característica da última década do século XX, na origem de uma modificação nas relações entre os actores internacionais.

Com base nos conceitos forjados pelos autores já referenciados, é nosso entender que a globalização é um processo socioeconómico, que estabelece uma integração entre os países e entre as pessoas. Por via deste processo, as pessoas, países e instituições trocam ideias, realizam intercâmbio, assim como, permite o cruzamento de aspectos culturais e educacionais.

Neste sentido, a globalização é um fenómeno histórico, social, cultural e político que emergiu de uma forma bastante impactante e que é na contemporaneidade, um foco de análise nas mais variadas áreas de saber, entre as quais destacamos a educação, concretamente, a questão dos estudos curriculares. É, assim, um fenómeno bastante complexo pela sua amplitude sociocultural e pela pluralidade interactiva das sociedades.

Atlan, 1994 (citado por Macedo, 2015, p.38) salienta que:

a preocupação que os depositários de uma tradição possam ter em aceitar e reconhecer os valores das outras deve impedi-los de tentar negar ou dominar estas e outras pela força, continuando a avançar resolutamente no seu próprio caminho. Neste sentido, e apenas neste sentido, certas tradições talvez possam pretender ser mais “universais” do que outras; mas não em nome de universais teóricos da razão ou da revelação, cujos discursos apenas falam linguagens particulares... esta atitude contrasta com a atitude adoptada por um público apreciador de grandes sínteses unificadoras, e também de “astrologias científicas” e de outros *fads and fallacies*.

Ficou claro para nós que a globalização acelerou aquilo que é a percepção ou aceitação de diferentes valores em diferentes partes do globo. Numa observação sobre as políticas curriculares, Moreira (2014, p. 86), argumentou que as decisões curriculares precisam pautar-se nas contribuições das análises nacionais e internacionais que têm enfocado o conhecimento escolar, assim como nos estudos que consideram a cultura mais ampla, discutindo fenómenos como a globalização, diferença, identidade, multiculturalismo, pluralidade cultural, hibridização etc, claramente identificáveis nas sociedades de hoje.

Para Moreira (*idem*), a abordagem apenas local parece mostrar-se insuficiente para se conferir uma perspectiva mais abrangente ao processo curricular. Essa afirmativa se justifica, já que, nas escolas, o currículo funciona, tanto política quanto praticamente, segundo parâmetros de classe social, de raça, de género, de identidade e de “aldeia global”.

1.3 Globalização e suas implicações nas políticas educativas e curriculares

Ser local num mundo globalizado é sinal de privação e degradação social (...) Uma causa específica de preocupação é a progressiva ruptura de comunicação entre as elites extraterritoriais cada vez mais globais e o restante da população, cada vez mais “localizada “. (Bauman, 1999, p.9)

No sentido de solucionar determinados “problemas educacionais” estão a ser adoptadas por diferentes Estados “soluções genéricas de política”, o que sugere, na óptica de Ball (1999, p.121) a emergência de um novo “currículo oculto” marcado pelo recurso a soluções “tomadas de empréstimo do mundo empresarial” e que afectam a “forma da oferta de educação”, o seu significado, a experiência de aprendizagem e a “natureza da cidadania”. Dale (2006, p.45) fala da emergência de uma “estratégia ‘transformativa’ para a mudança” que desafia “os parâmetros existentes, tradicionais”, através da “‘mercadorização’ da escolarização”. A educação reflecte os efeitos da globalização, essencialmente do modelo neoliberal (Charlot, 2007). Cada Estado segue uma “agenda global estruturada para a educação” (Dale, 2004, p. 426), tendo os interesses económicos os seus efeitos sobre os sistemas educativos.

Deste modo, há uma tendência para a uniformização das ideias, das estruturas e das políticas, sendo que “o desenvolvimento dos sistemas educativos nacionais e as categorias curriculares se explicam através de modelos universais de educação, de Estado e de sociedade, mais do que através de factores nacionais distintivos” (Dale, 2004, p. 425), criando-se um “isomorfismo global das categorias curriculares em todo o mundo” (Dale, 2004, p. 427).

Para esta perspectiva contribuem organizações como a UNESCO, a OCDE, o Banco Mundial, o FMI e a OMC, que assumem um papel relevante na definição dos princípios, normas, regras e procedimentos da cultura e da política mundial (Dale, 2004; Charlot, 2007). Além disso, apresentam-se como importantes veículos de transmissão e difusão de ideias fundamentais acerca da educação, que influenciam a forma como esta deve ser entendida, organizada e gerida (Samoof, 2003).

O processo de globalização socioeconómico fortaleceu a influência do pensamento neoliberal, facultando novas orientações às políticas desenvolvidas pelas organizações internacionais. Como

frisamos no parágrafo anterior, estes organismos multilaterais de financiamento, introduziram alterações no seu papel, passando “a figurar como agentes centrais do gerenciamento das relações” (Soares, 1998, p. 20), impondo uma série de condições (também nas políticas curriculares), para a concessão de novos empréstimos e intervindo na formulação da política interna e legislação dos países, principalmente através dos programas de ajustamento estrutural.

Importa-nos referir que a partir da década de 90, com o surgimento das críticas dirigidas aos vários programas dos organismos internacionais já referenciados, assistiu-se a uma mudança no discurso, especialmente do Banco Mundial, que demonstra um interesse privilegiado na redução da pobreza, procurando legitimar as suas políticas com o foco central na lógica económica.

Na figura 1, ilustramos a influência da globalização nas políticas educativas e curriculares.



Figura 1 Influência da globalização nas políticas educativas e no currículo (elaboração própria)

Segundo Philip Albatbach e Jeane Knight (2007, citados por Barbosa & Ramos, 2015), a globalização corresponde à junção de forças económicas, políticas, societárias e culturais. Tais forças empurram o ensino superior do século XXI para um maior desenvolvimento internacional,

de forma que a internacionalização do ensino e, conseqüentemente, do currículo se tornam inevitáveis.

No que se refere à qualidade da educação e à formação inicial e contínua dos professores, estas dimensões são consideradas como fundamentais para o sucesso do projecto Educação Para Todos (EPT) e, conseqüentemente, para a qualidade da aprendizagem, em que os professores são considerados um dos factores-chave da melhoria da qualidade da educação (Yates, 2007; UNESCO, 2004). Segundo o *Global Monitoring Report (GMR)*, de 2005, da UNESCO (UNESCO, 2004), são considerados fundamentais para a qualidade da educação, um sistema escolar convencional e presencial e o investimento na formação inicial e contínua dos professores (UNESCO, 2004; Yates, 2007). O relatório da UNESCO de 2013, precisamente sobre o tema *Teaching and Learning for Development*, coloca a tónica no papel dos professores e na aprendizagem equitativa, preparando a agenda pós-2015 (UNESCO, 2013).

Para o Banco Mundial, a qualidade da educação é definida, quer pelo ambiente de aprendizagem, quer pelos resultados dos alunos. Uma grande variedade de políticas e outros factores adaptados às condições locais podem proporcionar uma escolarização eficaz, embora esta também possa ser afectada pela disponibilidade de recursos. As políticas e os investimentos do sector público podem também influenciar a qualidade da educação (World Bank, 1995). Embora as questões da qualidade na educação sejam amplamente discutidas, quer a nível académico, quer a nível das práticas, com definição de diferentes parâmetros, a verdade é que há uma falta de consenso sobre esta questão, verificando-se constantes mudanças dos parâmetros a ser considerados para esta qualidade (Watty, 2003).

1.4 O Campo Curricular e a Internacionalização

Problematizar e compreender a internacionalização de vários fenómenos sempre foi um grande interesse nosso. Após o mergulho nesta aventura de estudar o campo curricular, desenvolvemos uma enorme paixão em perceber a internacionalização do campo do currículo. Moreira (2012, p.219) faz uma abordagem holística referindo tratar-se de

um processo que: (a) se aplica a práticas sociais que não visam à homogeneização do campo; (b) não se limita ao simples movimento de teorias e práticas de um país para outro; (c) se desenvolve no longo prazo e implica uma disposição para ensinar e aprender com outras nações; (d) provoca mudanças no pensamento e nas atitudes dos indivíduos, no esforço por configurar um território comum; (e) apresenta dimensões sociais, culturais, morais, éticas e políticas que transcendem o estreito foco económico e estabelecem uma sinergia com outras agendas; (f) não se expressa apenas por meio de intenções democráticas e neutras: relações de poder estão necessariamente envolvidas e devem ser avaliadas quando se considerarem as questões curriculares; (g) tanto pode corresponder a tentativas de promovê-la junto a instituições ou indivíduos, quanto à intenção de analisar seus efeitos nas teorias, práticas e políticas educacionais (Moreira, 2012, p. 219).

Somos pois de ideia que existe uma forte ligação entre a internacionalização e ao que muitos estudiosos chamam de “cidadania global”, julgamos que os termos cidadão global e/ou cosmopolita têm a sua genese na internacionalização, o que incrementou o interesse em compreender o actual processo de internacionalização do campo de estudos do currículo.

Nos focamos em ideias de curriculistas, em artigos e textos relacionados a associações, eventos e periódicos, tudo ligado ao interesse no processo da internacionalização do currículo.

Para Barbosa (2009), em termos cronológicos e em termos intelectuais, o movimento de internacionalização, que se vem acelerando, sucede o de reconceptualização que, no início da década de 70, desafiou a hegemonia do enfoque instrumental, dominante por cinquenta anos.

Gough (2003) e Pinar (2004, 2006, citados por Barbosa, 2010) aludiram que o campo do currículo é hoje visto como um campo marcado por uma mudança de paradigma, em direção à internacionalização, cujos contornos ainda estão sendo delineados.

Pacheco (2013) afirma que a internacionalização do campo dos estudos curriculares necessita de ser analisada pelos novos parâmetros de uma abordagem global do currículo, nos termos do que conta como conhecimento e no modo como a lógica de mercado estabelece princípios para a discussão do conhecimento baseado nos resultados.

Para Gough (2000), a internacionalização dos estudos curriculares pode ser compreendida como a criação de espaços transnacionais, onde as tradições de conhecimento local na investigação curricular podem ser protagonizadas em conjunto e não como representações locais de uma transladação curricular dentro de um discurso universal.

Moreira (2012) reafirma essa mesma perspectiva, ao destacar que a internacionalização do campo do currículo implica um trabalho conjunto de estudiosos de diferentes países, com a intenção de configurar um campo que se caracterize por uma perspectiva transnacional, mas não uniforme. Para que o processo se acelere, acredita-se na importância da criação de associações de pesquisadores em currículo, na realização de conferências, na organização de periódicos que ofereçam espaços para o diálogo entre especialistas, no planeamento de estudos em conjunto. Todas essas iniciativas demandam, necessariamente, compreensão, diálogo intercultural e abertura ao outro.

Para Pacheco (2013, 2015), Varela (2015), Pinar (2009) e Moreira (2012, 2015), a internacionalização do campo do currículo aparece directamente relacionada com conceitos de cosmopolitismo, cultura global, trocas interculturais e transnacionalização – este último conceito especialmente quando consideradas as demandas em torno do que conta como conhecimento, o que concordamos, e frisamos no primeiro parágrafo deste tema. No quadro 1, esquematizamos o movimento da internacionalização da educação e do campo curricular.

Movimento de internacionalização	Conjuntura	Acontecimentos
Internacionalização da educação	Abertura das economias por via da inovação tecnológica, surgimento das sociedades do conhecimento	Contexto das guerras mundiais, Guerra Fria e do surgimento das organizações continentais e internacionais, ratificação de protocolos, acordos sobre reconhecimento mútuo de estudos
Internacionalização do campo dos estudos curriculares	Trocas teóricas, novas redes internacionais de pesquisa, cosmopolitismo, cooperação e compartilhamento de saberes	Realização de conferências internacionais, criação da IAASC, criação da Organização europeia para estudos do campo curricular, realização de colóquios e mesas redondas
Currículos internacionais ou internacionalizados	Escolas e cursos internacionalizados, disciplinas ministradas em língua estrangeira, projetos curriculares envolvendo	Criação e implantação das chamadas escolas internacionais em vários locais. Exemplo: A escola alemã na Namíbia, escola portuguesa em

	<p>experiências estrangeiras, uso de tecnologias e materiais empregados internacionalmente, estágios e intercâmbios, alteração do perfil e flexibilização curricular.</p> <p>Mobilidade estudantil, formulação e políticas curriculares, reconfigurações na organização dos currículos, estabelecimento de padrões de eficiência e qualidade, extensão da infusão internacional no conteúdo curricular</p>	<p>Angola, escola francesa no Congo</p> <p>Programas e projectos de mobilidade estudantil a exemplo do programa Erasmus (UE) e Ciência sem Fronteiras (Brasil), o programa Intra-Africa Pax Lusófona, o programa de mobilidade de engenharia Biomédica Africana (ABEM)</p>
Internacionalização por acordos bilaterais e multilaterais	Transferência de recursos, tecnologias e materiais educacionais entre países, concessão de bolsas, parcerias internacionais envolvendo assistência às universidades estrangeiras e outras instituições de ensino e investigação (programa de bolsa Nelson Mandela)	Acordos inter-estatutais, interinstitucionais no âmbito da troca de conhecimento. Exemplo do acordo Angola-Cuba, além de outros.

Quadro 1 Movimento da internacionalização do campo curricular/educação (Elaborado pelo autor com base na revisão da literatura)

Citando Thiesen (2017), alguns novos espaços evidenciaram a intensidade da dinâmica da internacionalização do currículo. Em 2000, realizou-se a Primeira Conferência sobre a Internacionalização dos Estudos de Currículo, na Universidade do Estado de Louisiana. Em 2001, criou-se a Associação Internacional para o Avanço dos Estudos Curriculares (IAACS), em grande parte em função dos empreendimentos de William Pinar, professor da Universidade da Colúmbia Britânica, em Vancouver, Canadá. Foram organizados encontros trienais na China (em 2003), na Finlândia (em 2006) e na África do Sul (em 2009)². Na sequência foram organizadas conferências internacionais sobre estudos curriculares, a Universidade do Minho realizou em Março de 2017 a sua 7ª conferência internacional, foi também criada a

² Fonte: www.iaacs.org.

Associação Europeia de Estudos Curriculares.

Foram realizados colóquios luso-brasileiros sobre questões curriculares, que também somos a considerar como iniciativas que podem ser associadas à internacionalização do campo. Além da presença de estudiosos de Portugal e do Brasil, os primeiros colóquios propiciaram a participação de pesquisadores dos Estados Unidos, da Argentina, Espanha, Finlândia, França e do Canadá. Aproximam-se, assim, especialistas de distintos países, contribuindo para que se socializem questões e teorizações tanto de interesse local quanto de interesse geral.

Nos temas centrais dos colóquios já realizados, incluindo-se o que ora se desenvolve, expressam-se determinadas tendências nos rumos dos elos que têm aproximado investigadores. Queremos também realçar que, em Setembro de 2014, decorreu na Universidade do Minho, em Braga, o 1º colóquio Luso-Afro-Brasileiro sobre questões curriculares.

Outro exemplo é criação da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), cujo impacto nas políticas educacionais não pode ser desconsiderado, ressaltando a necessidade de reformas curriculares mais condizentes com as demandas globais, que estejam voltadas para a preparação dos estudantes para actuar social e profissionalmente num contexto internacional e multicultural (OCDE, 1996; Rizvi, 2007).

Conforme pode ser lido no site da organização, os fundadores da IAACS não desejam a formação de um campo internacional de estudos que se mostre padronizado e uniforme, como se poderia supor, tendo em vista o fenómeno mais amplo da globalização. Tampouco estão desavisados quanto aos perigos dos nacionalismos estreitos. A sua perspectiva, ao promover a organização, é proporcionar apoio aos debates académicos locais e internacionais sobre conteúdos, contextos e processos educacionais, que encontram no currículo o seu centro organizacional e intelectual.

Segundo Gough (2004), uma defesa plausível contra projectos internacionais que provoquem homogeneização cultural é estimular coligações transnacionais para a educação pública que, crítica e criativamente, traduzam, adaptem e expandam ideais nacionais democráticas para propósitos educativos internacionais. Com essa intenção, é necessário incrementar a solidariedade no interior das nações e entre elas. É necessário desenvolver um enfoque multinacional de cidadania que amplie a noção de identidade nacional compartilhada. É necessário incentivar iniciativas pautadas por princípios estritamente académicos.

É esse o enfoque adotado pelos líderes do movimento, que acreditam na viabilidade de um campo composto por interesses locais e globais e construído coletivamente por académicos abertos ao diálogo, críticos, conscientes e seletivos no que se refere à apropriação de teorias elaboradas além das divisas nacionais (Pinar, 2002, 2004). Os seus interesses caminham no sentido de promover instigantes conversas académicas, no interior e além das fronteiras regionais e nacionais, sobre os conteúdos e os contextos dos processos curriculares

Além das apresentações e das discussões que têm ocorrido nos encontros realizados, o processo de internacionalização do campo do currículo tem-se intensificado, também, por intermédio de artigos divulgados nos periódicos *on line: Transnational Curriculum Inquiry* (sob a responsabilidade da IAACS), e *Journal of the American Association for the Advancement of Curriculum Studies* (AAACS).

Seguindo uma outra perspectiva referente à internacionalização no campo do currículo, Barbosa e Ramos (2015), fazem alusão a Lyn Yates e Madeleine Grumet (2011) a quando da edição de um livro em que reuniram autores internacionais para analisar e reflectir sobre como os eventos da última década estão a influenciar os currículos nos seus países. No mesmo, os autores procuraram entender: (a) como lealdades nacionais podem ser equilibradas com relações e interesses internacionais; (b) como os direitos das mulheres e de grupos étnicos e raciais são representados nos currículos; (c) o que mudou, no currículo, em relação a história e ao civismo após os acontecimentos de 11 de Setembro de 2001; (d) como os países têm vivenciado profundas mudanças políticas e económicas e como elas estão a reflectir-se no currículo. Em síntese, trata-se de entender de que forma as características do processo de internacionalização mais amplo têm afectado os currículos.

Na mesma senda, Barbosa e Ramos (2015) aludiram que algo similar já havia sido adoptado por, Lyn Yates e Michael Young (2010), quando organizaram um dossiê para o periódico "*The European Journal of Education*", com artigos referentes a cinco países: Suécia, Noruega, Inglaterra, Bélgica e Austrália. Incluíram também um artigo teórico escrito por Michael Young e Johan Muller.

As perguntas fornecidas aos autores para o desenvolvimento das suas reflexões e dos seus argumentos foram: (a) de que forma o currículo, no seu país, responde às pressões económicas globais? (b) Em que medida e de que forma a política curricular aborda questões de desigualdade e de insucesso escolar? (c) Como, apesar das pressões globais comuns, o

currículo no seu país continua a reflectir tradições e temáticas nacionais distintas? (d) As pressões económicas globais sugerem um currículo integrado para todos os alunos, ou propõem currículos diferentes conforme os estudantes se destinem à universidade ou se dirijam a um emprego logo após a escola? (e) Como é que as políticas educacionais interpretam o conhecimento que é a base do currículo? No final, os autores colocaram uma questão que consideramos bastante pertinente e relevante, a saber: considera-se extemporâneo basear o currículo em disciplinas separadas por fronteiras marcadas, ou são propostas outras possibilidades?

Em nosso entender outras propostas constituem um factor positivo. Tendo como base a perspectiva da internacionalização como factor de inclusão, são consideráveis outras possibilidades, nomeadamente, a inclusão de ideias de outros países. Relativamente ao dossiê acima referido, podemos claramente notar que o mesmo seleccionou apenas países desenvolvidos, achamos que por força do movimento da internacionalização, impera a necessidade de países com diferentes características sociais, no sentido de se obter uma visão mais enriquecida de como os problemas (curriculares) têm sido enfrentados internacionalmente.

1.5. Do currículo à problemática da cidadania global

O cidadão do futuro deve estar preparado para conhecer novas culturas, experimentar novidades e lidar com diferenças.

O aluno deve saber pensar no mundo como um todo, e não apenas no bem de sua própria cidade ou país.

O professor deve compartilhar experiências e fazer com que os alunos as compartilhem também, para que todos se esforcem para pensar no ponto de vista do outro.

(Autor desconhecido)

Na sequência da argumentação presente nos itens 1.3 e 1.4, sobre a globalização e o movimento da internacionalização do currículo, inevitavelmente fomos levados a perceber a pertinência em evidenciar um termo também bastante utilizado nos dias de hoje, que percebemos estar na senda da continuidade do projecto de desenvolvimento do campo do currículo. Jane Knight (2004 e Jason Beech, 2009, citados por Barbosa, 2015) aludem que a internacionalização e a globalização são termos bastante relacionados.

Para Knight (2004) e Beech (2009), o movimento da internacionalização curricular e globalização, promoveram o conhecimento. É nesta perspectiva da promoção do conhecimento, onde foram notáveis a organização de conferências, o intercâmbio de investigadores e professores, a mobilidade estudantil, a questão da flexibilização curricular, que se permitiu a abertura para a introdução de conteúdos ligados a outras culturas, a questão do pensar no global e agir global, ainda que dentro do contexto local, forjaram o emergir daquilo que podemos chamar de “cidadão global”, também apresentado por vários autores com a terminologia “cidadão universal” e por outros, ainda, pelo o termo “cosmopolita”.

Pretendemos explorar mais sobre o que é ser um cidadão universal. Achamos que será um incremento ao nosso conhecimento esta aprendizagem sobre o currículo educacional de Angola e as recomendações da UNESCO, isto através da Agenda da Educação 2030. Por outro lado, é imperioso, para nós, sendo que é parte da nossa problemática analisar as intervenções de algumas instituições internacionais na formulação de uma política educativa curricular e conhecer as propostas do ensino superior em Angola face a estas intervenções, o que obviamente nos catapultará na abertura da nossa compreensão sobre como realmente o cidadão universal é produto do currículo.



Figura 2 Imagem extraída da Internet, simbolizando cidadãos universais unidos, idealizando a terra como o seu país.

A figura 2 apresenta a ideia da representação da terra como um único país: Podemos observar que existem quatro bonecos de cores diferentes, que representam os humanos de raças e origens diferentes, as mãos dadas simbolizam a união, sendo que não existem fronteiras psicológicas para ninguém.

Ao entrarmos nos conceitos, surgiu-nos a ideia de apresentar aqui uma interessante reflexão:

De nada adianta colocar nos estacionamentos placas com vagas reservadas para idosos deficientes, de nada adiantam placas para não pisar a grama, de nada adiantam cestos de lixos nas ruas, escolas etc. É hora de ensinarmos aos nossos jovens e crianças noções de cidadania que não se aprendem em livros, mas pelos exemplos, e isso cabe a nós professores, pais e familiares. É hora de mostrar-lhes que a limpeza das ruas e das escolas não é responsabilidade apenas do poder público ou de seus directores, porém de todos nós. Exemplos ensinam muito mais que palavras e discursos. Ninguém caminha sem aprender a caminhar, sem aprender a fazer o caminho

(Paulo Freire).

Cury (2007) define a cidadania como sendo um exercício intelectual duplo, que envolve direitos de um cidadão na sua sociedade, como os seus deveres para com esta sociedade. O autor refere que os deveres do cidadão são apenas os previstos na lei e também aqueles que dependem da maturidade intelectual, emocional e social, tais como, a solidariedade, a tolerância, a dignidade, a cooperação social, a preocupação com as dores e as necessidades psicossociais do “outro”, a aprendizagem de se doar psicossocialmente sem esperar a contrapartida do retorno, etc.

O pensamento “Kanteano” que na fase moderna falou sobre este tema, defende uma comunidade internacional pacífica através do direito, apresentando algumas dimensões, que destacamos: o Direito (Interno e universal ou Cosmopolita), dimensões necessárias para a instituição da paz perpétua. Assim, enquanto o Direito Interno regula as relações entre o Estado e seus próprios cidadãos, o Direito universal regula as relações entre um Estado e os cidadãos dos outros Estados e entre os cidadãos dos diversos Estados.

Para Kant, o Direito Universal é o resultado do consenso de todos os povos com relação a certos direitos (união possível de todos os povos sobre algumas leis universais no seu relacionamento.) Podemos depreender que esse consenso, de Direito Universal, refere-se aos Direitos Humanos, porém, a própria cidadania universal, já que é o respeito dos primeiros por todos os Estados, leva a garantia desta. O pensamento Kanteano fez-nos perceber o delineamento da Declaração Universal dos Direitos do Homem, adoptada pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 1948.

Queremos referir que, embora pareça, não é fácil perceber o que tanto nos propusemos, pois ser um cidadão universal é ter uma percepção extensa.

Pensar no contexto global, interagir e agir socialmente são características de um cidadão universal.

Formar homens sábios na mente, prudentes nas acções e piedosos no coração; apoiada nos pilares da inteligência, memória e vontade, a formação dos homens deve abarcar, particularmente no trato com a juventude, a instrução, a virtude e a piedade (Cominuis).

Entendemos que a cidadania universal pressupõe, além de beneficiar dos direitos, o desempenho dos deveres a nível global. A cidadania universal ultrapassa o limite do pensamento nacional, tanto em direitos, como em deveres.

CAPITULO II

Como se concilia e conflitua a missão do ensino Superior em Angola e a intervenção da UNESCO na formulação da política educativa e curricular?

No decurso deste capítulo abordamos os aspectos ligados ao ensino superior em Angola, propriamente a partir da sua implantação, as intervenções da UNESCO na política curricular e apresentamos alguns programas, estratégias e planos do governo da República de Angola, visando aproximar a sua política curricular às agendas e padrões internacionais.

2.1 Implantação e evolução do ensino superior em Angola

De acordo com Carvalho (2016)³ o ensino superior foi implantado em Angola (então colónia portuguesa) somente no ano de 1963, com a criação dos Estudos Gerais Universitários de Angola.

Silva Teles, no Congresso Colonial de 1924, propôs a instauração do ensino superior nas colónias, integrado na Universidade Portuguesa. Figuras como Norton de Matos e Vicente Ferreira empenharam-se na sua criação em Angola, porém todos sem êxito.

Em Fevereiro de 1958, o Professor Orlando Ribeiro propôs ao Senado da Universidade de Lisboa a extensão do ensino superior ao ultramar, tendo sido mais um falhanço.

Em 4 de Fevereiro de 1961 explodiu, em Luanda, a luta armada de libertação nacional. Em 15 de Março ocorreu outra grande revolta em todo o Norte de Angola.

Após ter sido travada a revolta, foi proposto a Lisboa negociações políticas com base na criação de um governo em Angola exactamente com os mesmos poderes do governo de Lisboa. Na sequência, Deslandes (governador), publicou no boletim oficial o diploma legislativo número 3.235, de 21 de Abril de 1962, que criava Centros de Estudos Universitários em Luanda, Huambo (antiga Nova Lisboa), Benguela e Huíla (antiga Sá da Bandeira). Adriano Moreira, ministro do Ultramar, reagiu mal e pediu um parecer à Junta Nacional de Educação, que considerou inconstitucional o diploma de Venâncio Deslandes. O governador viria a ser demitido.

³ Título: Evolução e crescimento do ES em Angola.

Pouco tempo após a demissão do governador, Adriano Moreira assinou o decreto-lei número 44.530, de 21 de Agosto de 1962, que criou o ensino superior em Angola, instaurando os Estudos Gerais Universitários, integrados na Universidade Portuguesa. O decreto-lei foi publicado no Diário do governo número 191, primeira série, de 21 de Agosto de 1962 e estabelece o ensino superior em Angola.



Figura 3 Logótipo dos estudos superiores em Angola.

Criaram-se os cursos de medicina, ciências e engenharias em Luanda. No Huambo, os cursos de agronomia, silvicultura e veterinária e, na Huíla, os cursos de letras, geografia e pedagogia.

Em 1968, os Estudos Gerais Universitários de Angola foram transformados em Universidade de Luanda.

Com a proclamação da independência política de Angola, em 1975, foi criada a Universidade de Angola (em 1976), mantendo-se uma única instituição de ensino superior de âmbito nacional. No ano de 1985, a Universidade de Angola passou a designar-se Universidade Agostinho Neto, que se manteve até 2009 como única instituição estatal de ensino superior no país.

Neste ano (2009), a Universidade Agostinho Neto (UAN) foi “partida” em 7 universidades de âmbito regional, (regiões académicas) .Aprovado em Conselho de Ministros, o Decreto n° 5/09,de 7 de Abril, efectiva a criação de regiões académicas e delimita o âmbito territorial de actuação e expansão das instituições de ensino superior. A UAN manteve-se a funcionar em Luanda e na província do Bengo, enquanto as faculdades, institutos e escolas superiores localizados nas demais províncias passaram a ficar afectos às demais seis novas universidades estatais, a saber:

- Universidade Katyavala Bwila (nas províncias de Benguela e Kwanza-Sul);
- Universidade 11 de Novembro (Cabinda e Zaire);
- Universidade Lueji-a-Nkonde (Lunda-Norte, Lunda-Sul e Malanje);
- Universidade José Eduardo dos Santos (Huambo, Bié e Moxico);
- Universidade Mandume Ya Ndemufayo (Huila, Cunene, Cuando-Cubango e Namibe);
- Universidade Kimpa Vita (Uíge e Kwanza-Norte).

Na sequência das reformas no ensino superior promovidas pelo governo de Angola, em 2014 foi criada a Universidade Cuito Cuanavale, (UCC). Sob proposta do MESCTI foi descentralizado um polo da Universidade Mandume Ya Ndemufayo.. De tal proposta surgiu a UCC, efectivada pelo decreto-lei n° 188/14, de 4 de agosto de 2014 aprovado pelo Conselho de Ministros.

A Universidade Cuito Cuanavale passou a integrar as províncias do Cuando-Cubango, Moxico e Cunene.

Actualmente, a República de Angola conta com 8 universidades públicas, todas tuteladas pelo Ministério do Ensino Superior, Ciências, Tecnologias e Inovação. As Universidades estão catalogadas/divididas em 8 regiões académicas, segundo o critério da proximidade territorial, preenchendo assim as 18 províncias do país.⁴

⁴ Fonte: Anuário estatístico do MESCTI do ano 2016



Os números das regiões académicas estão representados na figura rectangular, diferenciados por cores, para melhor percepção das respectivas localizações no mapa.

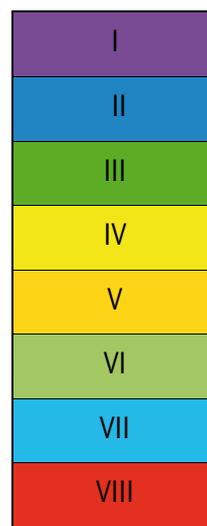


Figura 4 Mapa ilustrativo das 8 regiões académicas
(Fonte: anuário estático do MESCTI do ano 2016).

2.2 A missão e atribuições do ensino superior em Angola

O Presidente da República de Angola, nos termos da alínea g) do artigo 120º e do nº 3 do artigo 125º, ambos da Constituição da República de Angola (CRA), promulgou o Decreto Presidencial nº 26/18 de 1 de Fevereiro, que aprovou o novo Estatuto Orgânico do Ministério do Ensino Superior, Ciência, Tecnologia e Inovação (MESCTI).

O novo estatuto orgânico do MESCTI, foi ajustado ao actual contexto político, económico e social de Angola.

O MESCTI é um órgão auxiliar do Presidente da República e Titular do Poder Executivo, tem por missão conceber, formular, executar, monitorizar, fiscalizar e avaliar as políticas públicas e programas sectoriais do governo, nos domínios do Ensino Superior, Ciência, Tecnologias e Inovação.

São várias as atribuições deste órgão executivo, entre as quais destacamos:

- a) Propor e coordenar a implementação das políticas do Governo nos domínios do Ensino Superior, Ciência, Tecnologias e Inovação;
- b) Promover a modernização, a qualidade, a excelência, a competitividade e proceder a avaliação interna e externa das instituições afectas ao subsistema do Ensino Superior, Ciência, Tecnologias e Inovação;
- c) Superintender as Instituições de ensino superior e de investigação científica, desenvolvimento tecnológico e inovação;
- d) Estimular o apoio a formação graduada e pós-graduada e a qualificação de recursos humanos em áreas prioritárias para o desenvolvimento socioeconómico do país;
- e) Propor e implementar as políticas de atribuição de bolsas de estudo internas e externas aos cidadãos nacionais para frequência de cursos de ensino superior;
- f) Promover a igualdade de oportunidades no acesso ao ensino superior e garantir uma alta qualificação profissional e científica;
- g) Promover, em articulação com outros ministérios, o desenvolvimento da capacidade tecnológica do país, da sociedade de informação e do conhecimento;

- h) Promover a articulação entre o subsistema de ensino superior e o Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia e entre estes com o sistema produtivo;
- i) Promover e apoiar projectos de inovação tecnológica de interesse ao desenvolvimento do país;
- j) Promover, estimular e apoiar o estabelecimento de consórcios, redes e programas entre instituições de ensino superior, instituições de investigação científica;
- k) Promover, estimular e apoiar a criação de empresas abertas à inovação, à demonstração tecnológica e à investigação fundamental e aplicada;
- l) Coordenar acções de cooperação bilateral e multilateral, bem como assegurar os compromissos de Angola no plano regional e internacional, no domínio do ensino superior e da ciência e tecnologia sem prejuízo das atribuições próprias do Ministério das Relações Exteriores;
- m) Promover o desenvolvimento da cultura científica e tecnológica, estimulando e apoiando actividades de difusão, de informação e educação científica e de experimentação;
- n) Promover a observação permanente, a avaliação e a inspecção das instituições de ensino superior e das instituições que integram o Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia, nos termos da lei;
- o) Aprovar o calendário académico do subsistema de ensino superior e acompanhar a sua implementação;
- p) Assegurar a articulação e sequência do nível superior com os níveis precedentes do sistema de educação e exigir o cumprimento rigoroso dos critérios de acesso dos discentes;
- q) Propor a criação e o encerramento de instituições de ensino superior públicas, bem como a autorização de criação e de encerramento de instituições de ensino superior privadas e público-privadas;
- r) Elaborar propostas com vista ao financiamento das instituições de ensino superior, bem como da actividade científica e tecnológica, observando as regras da sua aplicação;
- s) Estimular a participação da sociedade na implementação dos programas do Executivo nos domínios do ensino superior e da ciência e tecnologia;

- t) Zelar pela acreditação, supervisão, avaliação e salvaguarda dos mecanismos inerentes a qualidade e a protecção legal nos processos de transferência de tecnologia;
- u) Promover a política de regulação do registo de obras científicas, patentes e direitos de autor, resultantes da investigação científica e inovação tecnológica.

Apresentada a missão e as atribuições do MESCTI, aprovadas no Decreto Presidencial nº26/18, podemos retirar alguns pontos que ao nosso entender, estão articulados a política do Governo angolano em formar quadros dotados de conhecimento universal. Deprendemos que a formação de um cidadão universal está patente na política governamental angolana.

A alínea e) das atribuições faz menção que o MESCTI propõe ao Governo e implementa as políticas de atribuição de bolsas de estudo internas e externas aos cidadãos nacionais para frequência de cursos de ensino superior.

Neste quesito, queremos salientar que o MESCTI possui na sua estrutura orgânica, alguns órgãos tutelados, dentre os quais destacamos o Instituto Nacional de Gestão de Bolsas de Estudo (INAGBE).

O INAGBE é o órgão do Ministério encarregado de apoiar o Ministro na execução da política nacional de bolsas de estudo destinadas a apoiar a frequência do ensino superior no país e no exterior.

Para a condução de uma das atribuições do INAGBE, concernente a gestão de bolsas de estudos internas e externas, foram promulgados dois instrumentos jurídicos; o Decreto nº 21/08, de 28 de Fevereiro que aprova o regulamento de Bolsa de Estudos Interna (BEI), destinadas aos estudantes angolanos com aproveitamento académico de referência e que sejam economicamente carenciados, bem como aos beneficiários de regime especial (filhos órfãos de ex-combatentes de guerra, filhos de reformados com rendimento baixo, filhos de mutilados em guerra, etc), para frequentar cursos de graduação em instituições de ensino superior em Angola; e o Decreto Presidencial nº 165/14, de 19 de Junho, que aprova o regulamento de Bolsas de Estudos Externas (BEE), destinadas a todos os cidadãos nacionais que tenham concluído o II ciclo do ensino secundário com referência, que se recomende ou que pretendam frequentar cursos de graduação ou pós-graduação em instituições de ensino superior, no exterior de Angola.

De acordo a alínea d) do artigo 4º do seu regulamento, um dos objectivos da BEE é estimular o sucesso, o mérito e a excelência académica e profissional dos cidadãos nacionais das 18 províncias do país.

Vamos, antes de mais fazer uma resenha histórica para melhor percepção do surgimento das primeiras bolsas de estudo em Angola nesta missão governamental em formar quadros com notória qualidade.

A formação de recursos humanos, essenciais para o desenvolvimento de Angola, foi um desafio assumido pelo seu governo, logo em 1975, com o alcance da independência. Para dar cumprimento a esse objectivo, optou-se não só pela oferta de ensino superior dentro do país, como pelo envio de estudantes bolseiros para o exterior ⁵. Se, por um lado, se recorreu constantemente à contratação de técnicos externos por via de acordos bilaterais estabelecidos com outros países [chegaram a Angola “milhares de jovens cubanos e de outras nacionalidades na qualidade de cooperantes civis” (Carrasco, 1997, p. 309), por outro, vários acordos de cooperação assinados com os países aliados levaram à formação de quadros angolanos nesses países. Assim, entre 1975 e 1991 foram formados “no interior de Angola, 2174 técnicos superiores e de 1982 a 1992 foram formados um total de 1733 técnicos superiores em vários países da Europa (ocidental e oriental), da América Latina e da América do Sul” (Zau, 2002, p. 137)

De 2002 aos anos subsequentes, isto é, até a divisão da UAN (2009), o número de candidatos a frequentar cursos de ensino superior foi aumentando muito significativamente, devido aos factores que apresentamos, em nosso entender, nomeadamente: o termo da guerra civil (2002) e o conseqüente aumento do orçamento destinado ao ensino superior, a expansão e a liberalização do ensino. Tomamos como exemplo, o aumento da população estudantil da UAN,

⁵ Extraído do Caderno de Estudos Africanos: A Formação de Quadros Angolanos no Exterior- Estudantes angolanos em Portugal e no Brasil. “Ermelinda Liberato”

tendo passado de 9.129 no ano lectivo de 2001/02 para 46.554 no ano lectivo de 2007/08 (UAN, 2008) ⁶.

Todavia, a pouca oferta formativa neste nível de ensino e a relativa fraca qualidade em algumas áreas do saber, a necessidade de dotar mais quadros em áreas diversas, a necessidade de formar quadros com qualidade equiparável aos quadros de outros países, a necessidade de continuar a formar mais e melhor, fizeram com que o governo angolano continuasse, ao longo destes anos, até ao 1º semestre de 2018, a enviar estudantes para fazer cursos de graduação e pós-graduação no exterior de Angola.

Queremos, contudo, salientar que, em Maio de 2018, a Ministra do ESCTI anunciou a suspensão temporária da atribuição de novas bolsas de estudos externas no ano lectivo 2018, por força das dificuldades financeiras resultantes da crise económica em Angola, facto nunca antes ocorrido desde 1975.

Ainda assim, até ao ano passado, o INAGBE-MESCTI tinha, na base de dados, registados 5.598 estudantes bolseiros externos em 29 países, entre os quais destacamos, Portugal, Brasil, Reino Unido, Espanha, África do Sul, Polónia, Ucrânia, Chile, França, China e Índia.

O país com maior número de bolseiros é Cuba, com 2.556 estudantes, seguido da Rússia e depois a Argélia.⁷

De acordo com o programa governamental, os bolseiros angolanos têm sido criteriosamente enviados para instituições de reconhecido mérito nos países acolhedores (países de estudo), muitos dos quais ao abrigo de acordos de cooperação, que para a parte angolana vem dar resposta ao programa de capacitação dos seus quadros. Diferente da BEI, o regulamento de BEE estabelece que, além da conclusão do IIº ciclo do ensino secundário, outros dois critérios de

⁶ Fonte: Agência Angola Press (ANGOP 20/07/18)

⁷ Fonte: ANGOP em 20/07/18

elegibilidade a bolsa são: classificação mínima de 14 valores e ter um bom histórico de percurso académico.⁸

Em nosso entender, a atribuição de BEE para frequência de formações em instituições de referência em países bem posicionados no ranking qualitativo mundial é, claramente, uma política objectiva de nivelar os quadros angolanos aos quadros dos diferentes países, para que os mesmos possam dar o seu contributo em particular para Angola e para o universo em geral.

Ainda no quadro da sua missão, o MESCTI tem a função de coordenar acções de cooperação bilateral e multilateral e assegurar os compromissos de Angola no plano regional e internacional, no domínio do ensino superior e da ciência e tecnologia.

No que diz respeito aos compromissos regionais e internacionais, a República de Angola é membro da Organização das Nações Unidas (ONU) desde 1976, e juntou-se à UNESCO um ano depois (1977); no plano regional é membro da União Africana (UA), antiga Organização de Unidade Africana (OUA) desde 1976 e signatário do tratado que criou, em 1992, a Comunidade de Desenvolvimento dos Países da África Austral (SADC).

Estas são as principais organizações regionais e internacionais de que Angola faz parte e que, entre outros objectivos, impõem-se acções de cooperação no domínio do ensino superior (e não superior), alinhando o mais possível, a formação dos quadros angolanos às intervenções das mesmas.

A UNESCO coopera com os estados membros na formação de professores e contribui para construção de escolas e para a doação de equipamentos necessários para o seu funcionamento, assim como, para a promoção dos livros e a leitura.

Por outro lado, promove a livre circulação, a liberdade e o pluralismo de ideias. Um dos principais objectivos da organização é reduzir o analfabetismo no mundo (projecto Educação para Todos) e contribui para isso com financiamentos à formação de professores, tal como referimos no anterior parágrafo.

Na área de ciência e tecnologia, a UNESCO promove pesquisas em varias áreas de saber e persegue a ideologia de promoção de uma cultura de paz e harmonia entre os estados

⁸ Decreto Presidencial n° 165/14 de 19 de Junho

membros. A UNESCO estabeleceu uma agenda de desenvolvimento da Educação até 2030, a qual a República de Angola tomou em conta para a formulação dos seus programas de formação de quadros angolanos. As políticas traçadas pela UNESCO influenciaram o pensamento angolano na formulação das políticas curriculares e de formação internas. Tomamos, como exemplo, os planos de formação a nível das bolsas, em que o MESCTI tem como prioridades os cursos técnicos (engenharias e ciências médicas), assim como, os chamados cursos do século XXI (tecnologias), no sentido de potenciar mais quadros, visando dar resposta às novas exigências rumo ao desenvolvimento. Em 2016, o MESCTI promoveu em Luanda uma formação de quadros internos num programa para a instalação de redes académicas, ministrada por peritos da UNESCO.

No plano regional, tem havido encontros entre académicos e programas de mobilidade de docentes de instituições nos países da SADC. O MESCTI foi o órgão superiormente orientado pelo governo angolano para indicar o representante de Angola na Universidade Pan-africana, instituição sob a tutela da União Africana, que funciona como um colégio de académicos a nível de África, que muito tem dado o seu contributo na dinamização da cooperação entre os Estados no domínio do ensino superior.

Em modo de conclusão, podemos dizer que esta estratégia de Angola em participar e ter em conta os programas e agendas das organizações regionais e internacionais, visa alinhar-se com os padrões de formação do cidadão universal.

2.3 Pontos de conciliação e distanciamento entre a missão do ensino superior em Angola e a UNESCO - Agenda da Educação 2030

Neste ponto, é nossa pretensão compreender os pontos de conciliação e de distanciamento entre a missão do ensino superior em Angola e a Agenda da UNESCO 2030. Ainda que de forma sucinta, faremos referência a alguns cruzamentos nos objectivos e aquilo que, no nosso entender, está omissa na missão do ensino superior em Angola.

Como foi abordado, anteriormente, a Agenda 2030 para o Desenvolvimento sustentável é um programa bastante ambicioso, desejável e universal para erradicar a pobreza através do desenvolvimento sustentável até 2030. A missão do ensino superior concilia-se com as orientações da UNESCO, na medida em que é seu objectivo estimular o apoio à formação

graduada e pós-graduada e a qualificação de recursos humanos em áreas prioritárias para o desenvolvimento socioeconómico de Angola.

As ambições da UNESCO no campo da educação reflectem-se, essencialmente, no objectivo do desenvolvimento sustentável, que visa garantir uma educação de qualidade inclusiva e equitativa e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos. Vimos que uma das missões do ensino superior é a promoção da igualdade de oportunidades no acesso ao ensino superior e garantir uma alta qualificação profissional e científica.

Outro ponto convergente é o facto de o novo escopo da Agenda da Educação 2030 se estender desde a aprendizagem na primeira infância, educação superior até à educação e formação de jovens e adultos, sendo também uma das missões do ensino superior em Angola, assegurar a articulação e sequência do nível superior com os níveis precedentes do sistema de educação e exigir o cumprimento rigoroso dos critérios de acesso dos alunos.

Na área de ciência e tecnologia, a agenda recomenda a promoção de pesquisas visando a exploração dos recursos naturais; alinhando este ponto, é missão do ensino superior promover a articulação entre o subsistema de ensino superior e o sistema nacional de ciência e tecnologia e entre estes com o sistema produtivo e, ainda, promover e apoiar projectos de inovação tecnológica de interesse para o desenvolvimento do país.

Um ponto salientado na Agenda, que entendemos estar omissa na missão do ensino superior angolano é a importância da educação para a cidadania num mundo plural e interdependente. Consideramos que seria fundamental que as IES e os centros de investigação adotassem essa política estratégica para o desenvolvimento do país.

2.4 Dos planos e estratégias governamentais de Angola e seus desafios inspirados nos objectivos da UNESCO

Precisamos de mais e melhores professores, de melhorar os métodos de ensino e de avaliação mais rigorosa e objectiva nos cursos de ensino médio e profissional, em particular no ensino superior.

(José E. dos Santos, 2014)

Para a concretização das metas preconizadas no que se refere a continuidade de formação de quadros capazes para contribuir para o desenvolvimento do país e, conseqüentemente, a erradicação da pobreza, o governo angolano elaborou planos e estratégias, consideradas as linhas orientadoras, cuja materialização tem merecido avaliações e monitorização contínuas.

2.4.1 A Estratégia Nacional a Longo Prazo “ Angola 2025”

A Estratégia Nacional a Longo Prazo Angola 2025 (ELP) está definida numa base global e nacional e assenta no modelo envolvendo cinco dimensões: desenvolvimento humano, desenvolvimento económico, desenvolvimento sócio-cultural, desenvolvimento científico-tecnológico e desenvolvimento político-institucional. Esta estratégia foi projectada para ser desenvolvida num horizonte de 25 anos, em três etapas, com objectivos e metas concretas e susceptíveis de serem adaptadas em função das alterações e ajustamentos que viessem a revelar-se necessárias e oportunas, nomeadamente: 2000-2005 (Paz, Reconstrução Nacional e Arranque do Crescimento Económico); 2005-2015 (Consolidação da Reconstrução Nacional, Modernização e Desenvolvimento); 2015-2025 (Sustentabilidade e Crescimento). A primeira e a segunda podem ser caracterizadas como as etapas da criação de condições essenciais ao processo de desenvolvimento económico, com particular destaque para a reconstrução das infraestruturas económicas e sociais e para a estabilização macroeconómica e financeira. Relativamente à educação propõe a reabilitação das escolas e o aumento do número de alunos, através do aumento de salas de aulas.

A prossecução dos grandes objectivos da Estratégia de Desenvolvimento de Angola a Longo Prazo (2025) e a viabilização das opções estratégicas pressupõe a existência de um consenso nacional sobre as tarefas fundamentais que deverão ser desenvolvidas e que traduzam a ambição nacional. Estas tarefas estão relacionadas com novos valores a interiorizar, velhos comportamentos a corrigir, novas atitudes a adoptar, bem como, um conjunto de políticas públicas e reformas estruturantes que deverão ser implementadas, independentemente de quem vier a ser poder, que serão fundamentais para a sustentabilidade, equidade e modernidade, em diversos domínios, entre eles, o da Educação-Formação.

2.4.2 O Plano Nacional de Desenvolvimento (PND 2013-2017)

O Plano Nacional de Desenvolvimento 2013-2017 é um plano a médio prazo que operacionaliza a Estratégia de Desenvolvimento de Longo Prazo “Angola 2025”; assim como, a Estratégia Nacional de Formação de Quadros e o Plano Nacional de Formação de Quadros (GA, 2012a; GA, 2012b) que regulam a formação de quadros nacionais e estão articulados com a Estratégia de Desenvolvimento de Longo Prazo “Angola 2025”.

O PND 2013-2017 tem o enquadramento estratégico de longo prazo estabelecido pela Estratégia Nacional “Angola 2025”, que fixa as grandes Orientações para o Desenvolvimento de Angola, de que destacamos estes dois itens, no quadro da formação de quadros com qualidade:

- Promover o desenvolvimento humano e o bem-estar dos angolanos, assegurando a Melhoria da qualidade de vida, combatendo a fome e a pobreza extrema;
- Promover o desenvolvimento da ciência, tecnologia e inovação.

O PND 2013-2017 inicia um novo ciclo da história e experiência do sistema de planeamento de Angola. É considerado o primeiro plano de médio prazo elaborado no quadro da nova Constituição do País e após a aprovação da Lei de Bases Gerais do Sistema Nacional de Planeamento.

Após o grande esforço que foi realizado para reconstruir o país destruído por décadas de guerra, Angola entrou na fase de modernização e de sustentabilidade do desenvolvimento, centrada na estabilidade e crescimento e na valorização do homem angolano. Esta valorização assenta, em primeiro lugar, na alfabetização e escolarização de todo o povo angolano, que são a base para a formação e qualificação técnico-profissional e formação superior dos seus quadros, essenciais ao desenvolvimento sustentável, equitativo e pujante de Angola.

O PND 2013-2017 seria o veículo principal que, à luz da Estratégia Angola 2025, visa orientar e intensificar o ritmo e a qualidade do desenvolvimento em direcção ao rumo fixado: Aumentar a qualidade de vida do povo angolano de Cabinda ao Cunene, transformando a riqueza potencial que constituem os recursos naturais de Angola em riqueza real e tangível dos angolanos.

O PND 2013-2017 pautava-se em consonância com o seu enquadramento estratégico, pelos grandes objectivos nacionais, dos quais destacamos:

- Inserção competitiva de Angola no contexto internacional.

Ainda nos instrumentos de operacionalização da Estratégia a Longo Prazo Angola 2025 encontramos a Estratégia Nacional de Formação de Quadros (ENFQ).

A ENFQ está a ser concretizada através de instrumentos adequados, sendo o principal o Plano Nacional de Formação de Quadros (PNFQ). Este plano abrange o período 2013-2020 e integra instrumentos de intervenção de curto prazo (programas de avaliação bienal, que teve início no biénio 2013-2014). Estes programas apresentam documentos separados de avaliação, mas que têm uma estrutura pragmática⁹.

De acordo a Lei n° 1/11, de 14 de Janeiro, que aprovou a Lei de Bases do Regime Geral de Sistema Nacional de Planeamento, o PNFQ é considerado um plano integrado de acção pluri-anual (art° 15°).

Todavia, nas metas alvitadas, além da preocupação em formar quadros nacionais no sentido de aumentar a quantidade para suprir as necessidades é, também, preocupação buscar aumentar a qualidade no ensino nacional para formar quadros de qualidade, com capacidade de competitividade com quadros internacionais.

Lembramos aqui uma passagem do anterior presidente da república de Angola, José Eduardo dos Santos, discursando em 2014, focando a questão da necessidade de continuidade da aposta na política de formação de quadros: “esta verdadeira revolução quantitativa, carece agora de uma revolução qualitativa...”

No quadro da ENFQ, que está ser concretizada pelo PNFQ, encontramos diferentes políticas sectoriais com vista ao alcance do desenvolvimento. Estas políticas, de carácter nacional, foram formuladas de acordo as necessidades identificadas nestes mesmos sectores. Tendo em conta o

⁹ Fonte: Sumário Executivo do PNFQ

nosso foco, apresentamos, no quadro 2, os objectivos e prioridades do ensino superior traçados pelo PND

- **Âmbito do Ensino Superior**

Objetivo	Prioridades de objetivos
<p>Estimular e desenvolver um ensino superior de qualidade</p>	<p>Adoptar estratégias específicas de formação de quadros, ajustadas ao Plano Nacional de Formação de Quadros e com o Plano de desenvolvimento de cada instituição de ensino superior, para cada uma das seguintes áreas:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) Ciências da educação; 2) Ciências, engenharias e tecnologias; 3) Ciências médicas, ciências da saúde e tecnologias de saúde e 4) Ciências sociais e humanas, artes e letras <p>2. Assegurar a nível do ensino superior, a fileira de ensino técnico-tecnológico</p> <p>3. Garantir a Formação de quadros gestores, docentes e pessoal técnico qualificado das Instituições de Ensino Superior;</p> <p>4. Elaborar e implementar a estratégia de desenvolvimento para o Sector do Ensino Superior com base nos Planos de Desenvolvimento das instituições de ensino superior;</p> <p>5. Assegurar a eficiência dos serviços de inspecção administrativa, académica e pedagógica, dos serviços de avaliação das instituições de ensino superior e de acreditação dos cursos</p> <p>6. Adoptar estratégias específicas para a aquisição, manutenção e renovação de laboratórios, bibliotecas, oficinas e outras infraestruturas académicas</p> <p>7. Assegurar a reforma dos currículos e programas de ensino</p>

Quadro 2 Descrição dos objectivos e prioridades do ensino superior traçados pelo PND (adaptado do PND).

No quadro 3, apresentamos a descrição dos programas e medidas de políticas do ensino superior traçadas pelo PND

Programa	Medidas de política
Capacitação Institucional	<ol style="list-style-type: none"> 1. Promover a Melhoria no desempenho dos gestores, dos docentes e do pessoal técnico de apoio das Instituições de Ensino Superior 2. Elaborar a Estratégia de desenvolvimento do Sector do Ensino Superior integrando os Planos de Desenvolvimento Institucionais 3. Estabelecer Redes Nacionais de instituições de Ensino Superior por especialidades 4. Estabelecer e implementar um Sistema de Informação Integrado do Ensino Superior
Melhoria da Qualidade do Ensino Superior	<ol style="list-style-type: none"> 1. Consolidar o sistema de ensino superior, revendo o seu quadro legal e regulamentar e criando a rede nacional do ensino superior 2. Promover a formação avançada do pessoal docente do ensino superior, através da criação de cursos de doutoramento, mestrado e de formação especializada, com particular relevância para os clusters e sectores sociais prioritários 3. Definir e Implementar o Programa Nacional de Doutoramentos 4. Definir e implementar o Sistema de estatística e Informação do Ensino Superior 5. Estabelecer números de vagas para acesso ao ensino superior público e privado 6. Proceder ao Levantamento e regularização dos cursos de pós-graduação existentes no País 7. Promover a Investigação Científica no Sistema de Ensino Superior 8. Implementar o Sistema de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior 9. Implementar um sistema de avaliação e de acreditação de cursos e de reconhecimento de estudos de ensino superior 10. Reorientar o Ensino Superior e Rever os critérios de Licenciamento e Funcionamento dos Estabelecimentos do Ensino Superior, de acordo com necessidades de Formação de Quadros Nacionais 11. Estabelecer sistemas de aquisição, manutenção e renovação de laboratórios, bibliografia, oficinas e equipamentos e infraestruturas físicas para o ensino superior 12. Estabelecer as normas gerais curriculares e pedagógicas do ensino superior 13. Operacionalizar o Serviço de Inspeção 14. Promover a celebração de Parcerias, a nível interno e internacional, entre instituições de ensino superior de prestígio, envolvendo cooperação no ensino, graduado e pós-graduado, formação avançada (doutoramentos e mestrados) de pessoal docente e actividades e projectos de investigação.

Reabilitação e Dotação de Infraestruturas do Ensino Superior	Construir e equipar infraestruturas académicas para as novas instituições de ensino, das 8 regiões académicas, bem como proceder à reabilitação das infraestruturas obsoletas existentes 2. Construir e Equipar infraestruturas sociais para as novas instituições de ensino, das 8 regiões académicas, bem como proceder à reabilitação das infraestruturas obsoletas existentes
--	--

Quadro 3 Descrição dos programas e medidas de políticas do ensino superior traçadas pelo PND (Extraído e adaptado do PND).

Em 2011, o Governo de Angola aprovou uma Política Nacional de Ciência Tecnologia e Inovação (PNCTI), que contém instrumentos de gestão, tais como, a Estratégia Nacional e o mecanismo de coordenação do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (SNCTI), que inclui diferentes actores, alinhados com a necessidade de inserção da ciência, tecnologia e inovação na estratégia do desenvolvimento do país.

No âmbito do SNCTI, houve uma selecção de candidatos a cursos de doutoramento, em instituições estrangeiras reputadas, para as áreas de incidência da PNCTI, no quadro da implementação do Programa Nacional de Formação Doutoral (PNFD), de modo a qualificar investigadores e especialistas nacionais das várias instituições (não universitárias) de investigação científica, desenvolvimento tecnológico e inovação.

A par destas iniciativas, para dinamizar o avanço no campo da ciência, Tecnologias e inovação, no seu discurso para a abertura do ano académico do ES 2018-2019, o actual Presidente da República de Angola garantiu que o Governo irá dotar o Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia e Inovação de um mecanismo de financiamento, a ser instituído em breve, para que as instituições e actores singulares possam se candidatar à execução de projectos, acções e actividades de suporte ao Plano de Desenvolvimento Nacional 2018-2022 (que caracterizamos no próximo item), tendo ainda frisado que a falta deste mecanismo de financiamento tem sido um dos maiores constrangimentos da prática da investigação científica em Angola, onde se verifica uma falta gritante de quadros altamente qualificados e com experiência comprovada ¹⁰.

¹⁰ Fonte: ANGOP em 26/02/2018

Não obstante esta garantia expressa, houve um reconhecimento que o investimento em investigação científica no país está longe do valor mínimo de 1% do PIB (Produto Interno Bruto), tal como foi recomendado pela UNESCO e adoptado pela SADC.

2.4.3 Plano de Desenvolvimento Nacional 2018-2022

O PDN 2018-2022 constitui o segundo exercício de planeamento de médio prazo, realizado no âmbito do Sistema Nacional de Planeamento a que fizemos menção anteriormente, é a sequência do Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) 2013-2017 e visa promover desenvolvimento socioeconómico e territorial do País.

O PDN tem um carácter prospectivo e plurianual, abrange o nível nacional, sectorial e provincial de planeamento, é um instrumento de implementação estratégica de planos de desenvolvimento a longo prazo do país, assumidos na Estratégia de Longo Prazo (ELP) Angola 2025.

A preparação do PDN 2018-2022 decorreu de forma bastante inovadora e contrastante com a experiência passada. Foi realizada em estreita articulação com os órgãos sectoriais e provinciais de planeamento, procurando maximizar a sua apropriação do processo de desenvolvimento nacional.

O trabalho com os sectores visou identificar programas que dessem resposta a desafios nacionais que se colocam ao desenvolvimento do país. O sector da educação e ensino superior encontram-se referenciados na ELP Angola 2025, através de políticas específicas que visam “promover o desenvolvimento humano e educacional do povo angolano, com base numa educação e aprendizagem ao longo da vida para todos e cada um dos angolanos”. Para a concretização deste objectivo global são definidos vários objectivos específicos, dos quais destacamos:

- Criar um sistema educativo equitativo e orientado para a criação de igualdade de oportunidades de acesso à educação e formação;
- Assegurar a formação de recursos humanos qualificados e altamente qualificados, necessários ao desenvolvimento da economia, inovação e conhecimento, melhorando substancialmente a formação média e superior e a formação avançada;

- Formar professores com perfil adaptado a novos currículos e métodos de ensino e aprendizagem, para que sejam verdadeiros profissionais do ensino.

De acordo com a Agenda 2063 da UA, a educação e o ensino superior são, também, uma área de intervenção prioritária para cumprir a aspiração da prosperidade baseada no crescimento inclusivo e no desenvolvimento sustentável. Para tal, esta agenda continental refere a necessidade de realizar uma “revolução nas qualificações, conduzida pela educação, ciência, tecnologia e inovação”, identificando estratégias que devem ser seguidas pelos países, tais como: expandir a rede escolar do Pré-escolar, Primário e Secundário; aumentar o número de professores qualificados em todos os níveis de ensino; promover cursos de pós-graduação de alta qualidade, de forma a aumentar a capacidade de investigação e desenvolvimento (I&D) das universidades africanas.

Estas estratégias do governo angolano, no quadro da educação e ensino superior também se inserem na Agenda 2030 das Nações Unidas (UNESCO), procurando “garantir o acesso à educação inclusiva, de qualidade e equitativa, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos” (Objectivos de Desenvolvimento Sustentável, ODS 4).

No quadro do PDN 2018-2022, queremos destacar as prioridades definidas como políticas de intervenção no ensino superior:

- Melhorar a rede de instituições do Ensino Superior (IES), aumentar os cursos e os graduados, aumentar a oferta de pós-graduações e melhorar a qualidade do ensino ministrado com o reforço da qualificação de mestres e doutores;
- Desenvolver o sistema de avaliação e certificação do Ensino Superior;
- Promover a I&D nas universidades e nos centros de investigação do país, com investigadores de carreira, laboratórios apetrechados e conexão com redes internacionais de investigação e de divulgação, partilha e acesso a dados, nacionais e internacionais.

Programa de melhoria da Qualidade do Ensino Superior e Desenvolvimento da Investigação Científica e Tecnológica no quadro do PDN 2018-2022

Contexto:

A Lei de Bases nº 17/16, de 7 de Outubro, do Sistema de Educação e Ensino descreve o subsistema de Ensino Superior (Artigo 61º) como o conjunto de órgãos, instituições, disposições e recursos que visam a formação de quadros e técnicos de alto nível, a promoção e a realização da investigação científica e da extensão universitária. Os objectivos gerais deste subsistema abrangem a formação graduada e a pós-graduada.

Além disso, os objectivos estabelecidos para o Ensino Superior, Ciência, Tecnologia e Inovação no quadro da ELP Angola 2025, bem como, no quadro do PNFQ 2013-2020, consideram a formação pós-graduada como a principal via de potenciamento de docentes universitários, considerando-a fundamental para a melhoria da qualidade do Ensino Superior e da Investigação Científica.

No entanto, o ensino superior enfrenta fragilidades ao nível dos seus recursos humanos, em especial de Professores, Mestres e Doutores; ao nível das infraestruturas universitárias, reconhece-se ainda a necessidade de alargar a rede de IES pelo País (dada a sua forte concentração na província de Luanda), de acomodar melhor a comunidade académica e permitir o crescimento de cursos e o aumento da população estudantil. Adicionalmente, o défice de investigação em ciência e tecnologia, que se revela na falta de investigadores e de centros de investigação associados às universidades, dá conta do fraco investimento realizado nos últimos anos, tornando-se assim necessário incrementar a I&D, promover a interacção entre Universidades e Instituições de Investigação como forma de disseminar o conhecimento.

O presente programa visa melhorar a rede de IES públicas, permitir o crescimento de cursos e de pós-graduações, bem como, melhorar a qualidade do ensino ministrado, sendo por isso fundamental promover a formação de graduados de qualidade e a qualificação de mestres e doutores. O programa evidencia, ainda, a importância que o Executivo atribui ao desenvolvimento da investigação científica e tecnológica, nomeadamente através da carreira de investigador.

Objectivos:

- Aumentar o número de graduados no ensino superior, em especial em áreas de formação deficitária, nomeadamente através da melhoria e extensão da rede de Instituições de Ensino Superior
- Dotar o corpo docente nacional com maiores níveis de qualificação de forma a melhorar a qualidade do Ensino Superior em Angola
- Desenvolver o potencial humano, científico e tecnológico nacional através da consolidação do Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia, da capacitação dos investigadores, da promoção e articulação entre as Instituições de Investigação Científica e as Instituições de Ensino Superior e da criação da Academia de Ciências de Angola

Metas:

- Até 2022, haver mais de 33.000 graduados pelo Ensino Superior em cada ano
- Pelo menos 7 novas Faculdades, 9 Institutos e 4 Escolas Superiores em funcionamento em 2022
- 772 novos mestres formados no exterior até 2022
- 125 novos doutores formados no exterior até 2022
- 1.500 docentes universitários capacitados com cursos de agregação pedagógica até 2022
- 40 novos investigadores doutorados nas áreas da ciência e tecnologia até 2022
- 300 projectos de investigação científica e tecnológica financiados até 2022
- 26 laboratórios de investigação científica em Instituições de Ensino Superior reabilitados e apetrechados até 2022

Acções Prioritárias:

- Capacitar os docentes das IES, permitindo a criação de condições nas regiões académicas e o envio de especialistas para a capacitação dos mesmos;
- Efectuar o levantamento do número de vagas formativas das IES a nível de mestrado e doutoramento e promover cursos de mestrado e doutoramento em IES nacionais com condições adequadas;
- Promover o envio de 300 licenciados por ano para universidades de topo mundial para obtenção de formação a nível de mestrado e doutoramento;
- Atribuir, pelo menos, 6.000 bolsas de estudo em cada ano, para estudos universitários;
- Institucionalizar as bolsas de estudo reembolsáveis e o crédito estudantil bonificado em função do aproveitamento;
- Atribuir 40 bolsas de investigação em cada ano;
- Promover o envio de bolseiros com carta de aceitação para formação pós-graduada no estrangeiro e acompanhamento da formação dos bolseiros, em articulação com o Instituto Nacional de Gestão de Bolsas de Estudo (INAGBE);
- Estabelecer parcerias com IES internacionais de prestígio;
- Reforçar as infra-estruturas, laboratórios, bibliotecas e corpo docente das Instituições Nacionais do Ensino Superior, Investigação Científica, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação;
- Construir novas Faculdades, Institutos e Escolas Superiores;
- Criar e operacionalizar a Plataforma Nacional de Divulgação, Partilha e Acesso a Dados (PNDPAD);
- Actualizar e regulamentar a Carreira de Investigador Científico;
- Criar condições para o fomento da Investigação Científica com a atribuição de financiamento a projectos de investigação;
- Implementar a Academia de Ciências de Angola;
- Construir 6 reitorias universitárias;
- Promover o ensino à distância e o *e-learning*.

Em jeito de conclusão, entendemos que, apesar das existentes dificuldades, o governo de Angola, por via dos seus planos e estratégias, persegue a ideia de melhor qualificar os seus quadros de

forma a aumentar a sua capacitação institucional e desenvolver o país.

Os planos e estratégias que tivemos a oportunidade de explorar, são uma intenção de formar quadros e capacitá-los para não só contribuírem para o seu país, como também prestarem contributo a nível regional e universal, com foco nos sistemas de ensino e inovação nas políticas curriculares.

A formação a nível superior de pós-graduação em instituições de reconhecimento internacional de países alistados no top do ranking internacional de educação, certamente proporcionará a Angola quadros de vocação universal, assim como, contribuirá para as mudanças das consciências internas. É nosso entender que, objectivamente, estes planos receberam uma grande influência das organizações regionais como a SADC e UA, e com destaque para a UNESCO.

Capítulo III

Opções Metodológicas

3.1 Natureza da Investigação

A nossa investigação assume uma abordagem qualitativa descritiva que, tendo em conta as questões e objectivos de investigação propostos, nos leva a eleger a entrevista semiestruturada como técnica de recolha de dados para “obter dados comparáveis entre os vários sujeitos” (Bogdan & Biklen, 1994, p.135).

De acordo com a literatura, na investigação qualitativa/interpretativa os planos de investigação evoluem e moldam-se à medida que o próprio estudo avança, pois “é o próprio estudo que estrutura a investigação, não ideias preconcebidas ou um plano prévio detalhado” (Bogdan & Biklen, 1994, p.83). Mesmo que os investigadores tenham um plano preestabelecido como suporte ou ponto de partida, com ideias delineadas acerca daquilo que pretendem fazer, neste tipo de investigação é “um plano flexível” (...) na medida em que “o planeamento é efetuado ao longo de toda a investigação” (Bogdan & Biklen, 1994, p.84). Coutinho (2011, p.287) sustenta, também, que “na investigação de tipo interpretativo, o trabalho de recolha e análise de dados é uma actividade sempre diversificada, que coloca frequentemente problemas inesperados, o que requer criatividade e flexibilidade”.

3.2 Caracterização dos contextos do estudo

Este estudo foi desenvolvido com entrevistados que desenvolvem a sua atividade profissional no Ministério do Ensino Superior, Ciência, Tecnologias e Inovação de Angola, e em três Instituições de Ensino Superior (IES): duas Universidades públicas (UP1 e UP2) e um Instituto Superior público (IS). Importa-nos realçar que todas as instituições estão intimamente ligadas ao subsistema de ensino superior, sendo o MESCTI o órgão de tutela e as IES os órgãos executores sobre quem recai a execução das políticas emanadas pelo órgão de tutela. Caracterizamos, no item seguinte, as quatro Instituições.

3.2.1. Ministério do Ensino Superior, Ciência, Tecnologias e Inovação (MESCTI)

O Presidente da República de Angola decreta nos termos da alínea g) do artigo 120º e do nº3 do artigo 125º, ambos da Constituição da República, a aprovação do Estatuto Orgânico do Ministério do Ensino Superior, Ciência, Tecnologias e Inovação, abreviadamente designado por «MESCTI», pelo Decreto Presidencial nº 26/18, de 1 de Janeiro.

Natureza e atribuições

O MESCTI é um órgão auxiliar do Presidente da República e Titular do Poder Executivo, tem por missão conceber, formular, executar, monitorizar, fiscalizar e avaliar as políticas públicas e programas sectoriais do governo, nos domínios do Ensino Superior, Ciência, Tecnologias e Inovação.

São suas atribuições propor e coordenar a implementação das políticas do Governo nos domínios do Ensino Superior, Ciência, Tecnologias e Inovação:

- promover a modernização, a qualidade, a excelência e a competitividade;
- proceder à avaliação interna e externa das instituições afectas ao subsistema do Ensino Superior, Ciência, Tecnologias e Inovação;
- superintender as Instituições de ensino superior e de investigação científica, desenvolvimento tecnológico e inovação;
- estimular o apoio à formação graduada e pós-graduada e a qualificação de recursos humanos em áreas prioritárias para o desenvolvimento socioeconómico do país.

3.2.2 Universidade Pública (UP1)

É uma instituição de ensino superior pública, fundada em Agosto de 1962. É tutelada pelo Ministério do Ensino Superior, Ciência, Tecnologias e Inovação. É composta por um corpo docente em número de 986 (2017) e 23.247 (2017) estudantes matriculados.¹¹

Visão

A visão da UP1 é transformar-se numa instituição de referência internacional, reconhecida pela excelência do ensino e da investigação científica, comprometida com o desenvolvimento humano, contribuindo para a coesão social, capaz de atrair e criar parcerias estratégicas que a coloquem até 2025 entre as 100 melhores universidades da África Austral.

Missão

A UP1 tem como missão a formação integral dos seus estudantes, a produção, difusão e transferência do conhecimento científico, tecnológico e cultural, em favor das comunidades, de acordo com os mais altos padrões internacionais, tendo em vista contribuir para a aprendizagem ao longo da vida e proporcionar valor económico, social, político e cultural à sociedade.

Unidades Orgânicas

A UP1 é formada pelas seguintes unidades orgânicas: Faculdade de Direito, Faculdade de Medicina, Faculdade de Engenharia, Instituto Superior de Ciências da Saúde, Faculdade de Letras, Faculdade de Ciências Sociais, Faculdade de Economia, Faculdade de Ciências, Escola Superior de Hotelaria e Turismo e um Instituto Confúcio.

3.2.3 Universidade Pública (UP2)

.

A UP2 é uma instituição de ensino superior pública angolana, que surgiu do desmembramento da Universidade Agostinho Neto, no momento das reformas no ensino superior angolano ocorridas nos anos 2008 e 2009. Entrou em funcionamento em 2009, tem a sua área de actuação restrita à região Norte de Angola. É uma instituição de ES tutelada pelo Ministério do Ensino Superior, Ciência, Tecnologias e Inovação.

¹¹ Fonte: Anuário estatístico do MESCTI do ano 2017

A UP2 é composta por um corpo docente em número de 229 (2017) e conta com 7.992 (2017), estudantes matriculados.¹²

Visão

A visão da UP2 assenta em tornar-se numa universidade cada vez mais inovadora, tendo como metas atingir os níveis elevados de Cientificidade-Inovação- Desenvolvimento.

Missão

A UP2 tem como missão a formação de quadros superiores nos diversos ramos do saber. A mesma garante a liberdade de criação científica, cultural e tecnológica, numa perspectiva de respeito e promoção da pessoa humana, da comunidade e do ambiente; assegura a pluralidade e livre expressão de opiniões; promove a participação de todos os corpos universitários na vida académica.

Unidades Orgânicas

A UP2 é composta pelas seguintes unidades orgânicas: Faculdade de Direito, Faculdade de Economia e duas escolas Superiores Politécnicas.

3.2.4 Instituto Superior (IS)

O IS é uma instituição do ensino superior pública que está ao serviço da formação de professores, gestores escolares e outros profissionais da educação e da investigação científica, desde 1983.

O IS goza de autonomia científica, pedagógica, administrativa e financeira ao abrigo da legislação que cria as universidades públicas de Angola e obedece a uma estrutura baseada numa Direcção Geral coadjuvada por duas Áreas estratégicas (Área Científica e Área dos Assuntos Académicos). É tutelada pelo MESCTI. O IS é composto por um número de 130 professores (2017) e de 2.825 estudantes matriculados (2017).¹³

Visão

¹² Fonte: Anuário estatístico do MESCTI do ano 2017

¹³ Fonte: Anuário estatístico do MESCTI do ano 2017

O IS tem como visão a continuidade da expansão do ensino, investigação e formação, para gerar desenvolvimento.

Missão

A missão do IS é de formar professores, gestores escolares e outros profissionais da educação e da investigação científica.

Unidades Orgânicas

O IS é composto por um Centro de Estudos e Investigação, departamento de Filosofia, departamento de História, departamento de Matemática, departamento de Ciências da Educação, departamento de Língua Portuguesa, departamento de Sociologia e Letras Modernas, departamento de Línguas e Literaturas Africanas.

3.3 Seleção e caracterização dos intervenientes no estudo

Para Chizzotti (2001, p.45) a amostragem é um processo de determinação de um todo (população) e das unidades (elementos) que compõem um agregado (universo) em que uma parte (população estudada) será tomada como representativa de todo o agregado.

No nosso estudo participaram quatro entrevistados, seleccionados por conveniência. Dois dos entrevistados desempenham cargos políticos (P1 e P2), com responsabilidades na hierarquia do ensino superior e outros dois entrevistados exercem funções de chefes de departamentos em IES públicas (IS1 e IS2).

Caracterização do interveniente P1:

O interveniente P1 desempenha, em Angola, um cargo político ligado ao Ensino Superior, desde Outubro de 2017.

É licenciado em Ciências da Educação e doutorado em Educação. Iniciou a actividade profissional como professor do Ensino Básico em 1976, em Luanda/Angola, tendo ingressado na carreira docente universitária, em 1982, em Angola.

Caracterização do interveniente P2:

O interveniente P2, também desempenha, em Angola, um cargo de inerência política numa universidade pública, desde Agosto de 2015.

É licenciado em Engenharia de Minas e doutorado em Ciências Técnicas. Ingressou na carreira docente universitária em 2002 como professor assistente, actualmente a desempenhar funções de gestão política no ensino superior, em Angola.

Caracterização do interveniente IS1:

O interveniente IS1 exerce a função de chefe de um departamento desde 2014 em uma das IS contactadas.

É licenciado em Ciências da Educação e mestre em Gestão empresarial. Ingressou na carreira docente universitária em 2011. Actualmente a chefiar um departamento na IS pública em Angola.

Caracterização do interveniente IS2:

O interveniente IS2 exerce a função de chefe de um departamento desde 2014 em uma das IS contactadas.

É licenciada em Pedagogia e mestre em Ciências da Educação. Ingressou na carreira docente universitária na categoria de assistente em 2014. Actualmente a chefiar um departamento na IS pública em Angola.

3.4 Técnicas e instrumentos de recolha de dados: A entrevista

A entrevista é um dos mais poderosos meios para se chegar ao entendimento dos seres humanos e para a obtenção de informações nos mais diversos campos (Amado, 2013, p.207).

A entrevista é uma das técnicas de recolha de dados mais utilizadas na investigação social e educativa, sobretudo no contexto da metodologia qualitativa assumindo este conceito várias

definições. Tal como referem Bogdan e Biklen (1994, p.134) a entrevista é uma “conversa intencional” que se baseia no contacto directo entre um investigador e um investigado constituindo “um método de recolha de informações que consiste em conversas orais, individuais ou de grupos, com várias pessoas seleccionadas cuidadosamente, a fim de obter informações sobre factos ou representações, cujo grau de pertinência, validade e fiabilidade é analisado na perspectiva dos objectivos da recolha de informações” (De Ketele & Roegiers, 1999, p.22). Na sua essência, esta ideia vai ao encontro do que refere Máximo-Esteves (2008, p.92) ao afirmar que “a entrevista é um acto de conversação intencional e orientado, que implica uma relação pessoal, durante a qual os participantes desempenham papéis fixos: o entrevistador pergunta e o entrevistado responde”.

Segundo Bogdan e Biklen (1994, p.134) a entrevista é utilizada para recolher dados descritivos na linguagem do próprio sujeito, permitindo ao investigador desenvolver intuitivamente uma ideia sobre a maneira como os sujeitos interpretam aspectos do mundo.

A entrevista é uma técnica que se utiliza quando pretendemos conhecer o ponto de vista do outro face a determinada situação. Para Lessard-Hébert, Goyette e Boutin (1994, p.160) a técnica da entrevista “é necessária quando se trata de recolher dados válidos sobre as crenças, as opiniões e as ideias dos sujeitos observados”. Assim, a entrevista surge como forma de recolha de dados em que o objectivo central está em perceber como o entrevistado analisa/interpreta determinado assunto. Torna-se imprescindível que o entrevistador escute cuidadosamente o entrevistado de modo que este “encare cada palavra como se ela fosse potencialmente desvendar o mistério que é o modo de cada sujeito olhar para o mundo (Bodgan & Biklen, 1994, p.137).

Segundo Amado (2013, p.207) a entrevista é um dos mais poderosos meios para se chegar ao entendimento dos seres humanos e para a obtenção de informações nos mais diversos campos. Torna-se um meio que permite a recolha de informação de uma pessoa para outra através de uma conversa intencional orientada por objectivos precisos relativos a determinada situação. Através deste método podemos proceder “à análise do sentido que os actores dão às suas práticas e aos acontecimentos com os quais se vêem confrontados: os seus sistemas de valores, as suas referências normativas, as suas interpretações de situações conflituosas ou não, as leituras que fazem das próprias experiências, etc” (Quivy & Campenhoudt, 2003, p.193).

A entrevista pode ser utilizada como instrumento único ou associada a outros instrumentos de recolha de dados podendo destinar-se a um ou a vários participantes/entrevistados. Este instrumento pode assumir vários géneros “de acordo com diferentes organizadores conceptuais – a formalidade da situação, a directividade da orientação, o padrão de estrutura do seu conteúdo” (Máximo-Esteves, 2008, p.93). Neste sentido, podemos encontrar as entrevistas informais de carácter aproximado a conversações e as entrevistas formais que adoptam uma estrutura mais ou menos lógica, consoante os propósitos das mesmas. Segundo Máximo-Esteves (2008, p.93) nas investigações de natureza qualitativa (em sentido lato), os géneros mais comuns são a entrevista em profundidade, a entrevista de história de vida e a entrevista semiestruturada.

Para este estudo, optamos pela entrevista semiestruturada em que “as questões derivam de um plano prévio, um guião onde se define e regista, numa ordem lógica para o entrevistador, o essencial do que se pretende obter, embora, na interacção se venha a dar uma grande liberdade de resposta ao entrevistado” (Amado, 2013, p.208). Do mesmo modo, Quivy e Campenhoudt (2003, p.192) consideram a entrevista semidirectiva ou semidirigida no sentido em que não é inteiramente aberta nem encaminhada por um grande número de perguntas precisas. Geralmente, o investigador dispõe de uma série de perguntas-guias, relativamente abertas, a propósito das quais é imperativo receber uma informação da parte do entrevistado. Mas não colocará necessariamente todas as perguntas pela ordem em que as anotou e sob a formulação prevista.

O recurso à entrevista semiestruturada tem por objectivo permitir aos entrevistados explorarem, de forma flexível e aprofundada, os seus relatos permitindo-lhes fazer qualquer tipo de observação/comentário e incentivar a explorar um ou outro tema de interesse que o próprio tenha iniciado. Na entrevista semidirectiva “o entrevistador conhece todos os temas sobre os quais tem de obter reacções por parte do inquirido, mas a ordem e a forma como os irá introduzir são deixadas ao seu critério” (Ghiglione & Matalon, 1993, p.70) referem que, desta forma, deixamos, tanto quanto possível, “andar o entrevistado para que este possa falar abertamente, com as palavras que desejar e pela ordem que lhe convier (Quivy & Campenhoudt, 2003, p.192). Neste tipo de entrevista, para Bogdan e Biklen (1994, p.135) o sujeito desempenha um papel crucial na definição do conteúdo da entrevista e na condução do estudo.

Como técnica de recolha de dados, a entrevista oferece várias vantagens mas também algumas limitações ou desvantagens. No que concerne às vantagens, Marconi e Lakatos (1999, p.97) referem que a entrevista: a) pode ser utilizada com todos os segmentos da população: analfabetos e alfabetizados; b) fornece uma amostragem muito melhor da população geral: o entrevistado não precisa saber ler ou escrever; c) proporciona uma maior flexibilidade permitindo ao entrevistador repetir, esclarecer, formular de maneira diferente, especificar; d) oferece maior oportunidade para avaliar atitudes, condutas, podendo o entrevistado ser observado naquilo que diz e como diz: registo de reacções e/ou gestos, etc.; e) dá oportunidade para a obtenção de dados que não se encontram em fontes documentais e que sejam relevantes e significativos; f) proporciona a possibilidade de conseguir informações mais precisas, podendo ser comprovadas, de imediato, as discordâncias e g) permite que os dados sejam quantificados e submetidos a tratamento estatístico. Outras vantagens prendem-se com o facto de a entrevista incluir respostas bem testadas, complementadas, clarificadas pois, segundo Bodgan e Biklen (1994, p.137), se a princípio não conseguir compreender o que o sujeito está a tentar dizer, peça-lhe uma clarificação. Em relação ao questionário, a entrevista possibilita questionar directamente o entrevistado podendo mantê-lo motivado ao incluir “piadas e desafios ligeiros” (Bodgan & Biklen, 1994, p.137).

Relativamente às desvantagens estas “podem ser superadas ou minimizadas se o pesquisador for uma pessoa com bastante experiência ou tiver bom senso” (Marconi & Lakatos, 1999, p.97). Estes autores apresentam como limitações da entrevista: a) a dificuldade de expressão e comunicação de ambas as partes; b) a incompreensão, por parte do informante, do significado das perguntas de pesquisa, que pode levar a uma falsa interpretação; c) possibilidade de o entrevistado ser influenciado, consciente ou inconscientemente, pelo questionador, pelo seu aspecto físico, suas atitudes, ideias, opiniões, etc.; d) disposição do entrevistado em dar as informações necessárias; e) retenção de alguns dados importantes, receando que a sua identidade seja revelada; f) pequeno grau de controlo sobre uma situação de recolha de dados e finalmente, a entrevista g) ocupa muito tempo e é difícil de ser realizada. Acrescem também como limitações o elevado custo (tempo e dinheiro), a falta de à-vontade do entrevistado/sujeito, a indução da resposta por parte do entrevistador, a potencial subjectividade e a interpretação incorrecta do que é dito (inferências).

Utilizámos, ainda, a legislação angolana relativa ao ensino superior com base nas leis do ensino superior público.

3.5. Procedimentos de recolha de dados

Para a entrevista, construímos um guião (apêndice 1), que contribuisse para os nossos objectivos de investigação, nomeadamente: Conhecer as perspectivas dos entrevistados sobre a formulação do currículo educacional do ensino superior em Angola; sobre as políticas criadas para o controlo da eficácia deste currículo do ensino superior; sobre a necessidade de um currículo nacional coeso entre o ensino superior público e o privado; sobre as políticas traçadas para que o ensino superior em Angola possa contribuir para formar o cidadão universal; sobre os mecanismos de controlo da execução destas políticas.

Compreender a visão dos entrevistados sobre os vários planos (PND, PNFQ) e programas no que concerne a agenda da UNESCO para 2030; compreender o alinhamento das políticas curriculares angolanas e esta agenda; os desafios curriculares em Angola com as questões da globalização e da internacionalização; sobre as melhorias a serem implementadas no currículo do ensino superior pelo organismo responsável pela sua elaboração.

A realização das entrevistas implica algum grau de exigência por parte do investigador, o qual, deve considerar algumas directrizes fundamentais, normas conducentes ao êxito das mesmas, isto é, “são requeridas certas condições antes de empreender uma entrevista” (Fortin, Marcel & Nadeau, 2000, p.248).

Para a realização das entrevistas para recolha de dados, o investigador deslocou-se a Luanda por um período de três meses (de 12 de Outubro de 2017 a 12 de Janeiro de 2018). Porém, de referir que não foi possível cumprir com todo o programa previsto neste período, por indisponibilidade de alguns intervenientes seleccionados, o que originou a entrevista apenas de dois intervenientes em finais de Dezembro de 2017. Aos outros dois entrevistados, fomos obrigados a enviar o guião, por e-mail, explicando que as perguntas não eram rígidas (mas semiabertas), pelo que seria possível responder sem obedecer a uma ordem, assim como

acrescentar algo que considerassem pertinente para a compreensão da problemática. A recepção do contributo destes dois intervenientes aconteceu somente em Março e Maio de 2018.

Numa primeira fase, foi feita a selecção dos intervenientes, tendo como critério, encontrar quadros intimamente ligados e pertencentes ao subsistema e instituições de ensino superior. Nesta perspectiva, foram seleccionados seis intervenientes, um deles de uma instituição localizada fora de Luanda.

Após a selecção, a segunda fase compreendeu a nossa deslocação às instituições, em Luanda, para agendar encontro com cada interveniente, de acordo a sua agenda e disponibilidade, assim como, contactar o interveniente da instituição localizada fora de Luanda para combinar o procedimento a realizar, por motivos de distância.

Codificamos as instituições, por razões de anonimato e cumprimento dos procedimentos éticos em: “MESCTI” (por ser um órgão de governo não poderíamos codificar de outra forma e fomos autorizados a tal), a segunda “UP1”, a terceira “UP2” e a quarta “IS”, que correspondem aos intervenientes P1, P2, IS1 e IS2, respectivamente. Esta codificação teve como objectivo assegurar o anonimato dos intervenientes. Não tivemos acesso a dois intervenientes seleccionados por indisponibilidade nas suas agendas, de acordo com a informação do secretariado das respectivas instituições, pelo que a investigação avançou com quatro intervenientes.

No dia 19 de Dezembro de 2017, período da manhã, deslocámo-nos às instituições de Luanda, designadamente, o MESCTI, a UP1 e o IS.

No MESCTI, fomos recebidos pelo secretariado; fizemos uma exposição do motivo que nos levou a contactar a instituição, tendo no momento o secretariado facultado o contacto e orientado a telefonar no dia seguinte, argumentando que não seria possível obter uma resposta sem antes consultar o nosso seleccionado. Assim sendo, no dia seguinte, telefonamos, recebemos uma resposta positiva e foi agendada a entrevista, tendo-nos sido solicitado de imediato o envio do guião de entrevista. O encontro com o nosso interveniente P1, decorreu no dia 21 de Dezembro entre as 16 e as 17h40, aconteceu depois do período laboral por razões de ocupação do

interveniente, a entrevista decorreu no gabinete do P1, num ambiente ameno, apenas com a presença do investigador e do P1, tendo o mesmo seguido as respostas do guião que já tinha sido enviado, mas acrescentando algumas informações.

Relativamente à instituição UP1 que corresponde ao interveniente P2, no momento da nossa deslocação no mesmo dia 19 de Dezembro, o secretariado pediu-nos para deixar ficar o contacto e o guião físico, caso o tivesse para, posteriormente, entrarem em contacto tão logo tivessem uma resposta sobre a agenda do nosso entrevistado. No cumprimento das suas funções, o secretariado contactou-nos no dia 21, informando que a entrevista estava agendada para o dia 22 de dezembro de 2017.

O interveniente P2 foi entrevistado presencialmente no dia 22 de Dezembro entre as 09H00 e 10H00 da manhã, no seu gabinete de serviço. O encontro decorreu num ambiente movimentado por se encontrarem no seu gabinete, além dele próprio (P2), o investigador, um funcionário e registamos, ainda, a passagem de mais dois funcionários durante a entrevista.

No que concerne a instituição UP2, correspondente ao interveniente IS1, devemos fazer a menção que diz respeito a instituição localizada fora de Luanda, numa primeira fase foi estabelecido contacto telefónico e concordado o envio do guião de entrevista por e-mail. Foi enviado o guião de entrevista no início de Dezembro de 2017. A recepção das respostas por parte do interveniente IS1 foram as mais demoradas o que criou uma certa morosidade na estruturação da caracterização. Durante vários meses nos deparamos com esta dificuldade em transcrever todas as entrevistas, pese embora fomos sempre insistindo com o interveniente em referência mas não obtínhamos os dados solicitados por alegado excesso de ocupação e algumas viagens ao exterior. Todavia, após esta morosidade, finalmente as respostas do interveniente IS1 foram-nos enviadas, por e-mail, em Maio de 2018. A entrevista foi feita a distância por questões do distanciamento entre Luanda e a instituição UP2 do interveniente IS1.

Sobre a instituição IS correspondente ao interveniente IS2, como anteriormente frisamos, deslocamo-nos e presencialmente contactamos o secretariado da instituição expondo os objectivos da nossa deslocação. O secretariado pediu-nos para aguardar e contactou por telefone o interveniente, na altura seleccionado. Após 45 minutos de espera, fomos chamados ao

gabinete do IS2 onde novamente fizemos uma exposição dos objectivos da nossa deslocação. O IS2 explicou-nos que, por motivos de ocupação, não seria possível naquele momento contribuir respondendo as questões do guião, porém devíamos deixar e que as respostas seriam enviadas posteriormente. As respostas foram-nos enviadas por e-mail no dia 12 de Março de 2018.

No final de cada entrevista, tanto a feitas presencialmente, como a distância, perguntamos sobre as percepções que ficaram no final da entrevista, pelo que todos os participantes foram unânimes em dizer que tinham gostado de colaborar, uma vez que se tratou de problemáticas relevantes ao sector onde exercem a sua atividade profissional.

Posteriormente, as entrevistas foram transcritas, conforme se exemplifica no apêndice 2.

3.6 Questões éticas

A ética, no seu sentido mais amplo, é a ciência da moral e a arte de dirigir a conduta. Serve como um guia que permite avaliar os comportamentos humanos como bons ou maus segundo um sistema de valores ou normas orientadoras de determinados grupos ou sociedades. Lima (2006, p.130) refere que “o termo ética é originário de “ethos”, que designa a palavra grega “carácter”, sendo a ética o estudo sistemático dos conceitos de valor (“bom”/“mau”, “certo”/“errado”)”. Assim, o comportamento ético está intimamente ligado à atitude que se leva para o campo da investigação no que concerne ao acesso ao terreno, à recolha, à análise e interpretação dos dados e sobretudo à relação de respeito entre os participantes da investigação, isto é, as pessoas implicadas no próprio processo.

As questões éticas colocam-se em todas as fases de uma investigação, desde a escolha do tema e a definição das questões de pesquisa, passando pela selecção dos participantes, até ao modo de acesso ao terreno, à forma de recolha dos dados, aos procedimentos de análise adoptados, à redacção do texto e à própria publicação dos resultados (Lima, 2006, p.139).

Esta ideia é também defendida por Máximo-Esteves (2008, p.106) quando refere que “as questões éticas adquirem centralidade num quadro investigacional em cujo fulcro se encontra o ser humano concreto em toda a sua complexa plenitude”. Neste sentido, torna-se preponderante tomar todas as disposições necessárias para proteger os direitos e a liberdade das pessoas que participam activamente nos processos de investigação. Segundo Fortin, Prud’Homme-Brisson e

Coutu-Wakulczyk (2000, p.116) cinco princípios ou direitos fundamentais aplicáveis aos seres humanos foram determinados pelos códigos de ética: o direito à autodeterminação, o direito à intimidade, o direito ao anonimato e à confidencialidade, o direito à protecção contra o desconforto e o prejuízo e, por fim, o direito a um tratamento justo e leal.

O direito à autodeterminação diz respeito ao princípio ético do respeito pelas pessoas, isto é, o sujeito tem o direito de decidir livremente sobre a sua participação, ou não, na investigação. Enquanto pessoa autónoma, ele escolhe deliberadamente participar de forma voluntária, ou não, atendendo que, a qualquer momento, poderá desistir da investigação sem qualquer prejuízo ou penalidade.

O direito ao anonimato e confidencialidade diz respeito à identidade de cada um dos participantes no estudo associada às respostas individuais. Ao longo do estudo, o investigador deverá utilizar códigos para identificar os participantes de modo a garantir o anonimato e a confidencialidade quer dos participantes quer dos dados facultados pelos mesmos. Os dados pessoais não podem ser divulgados ou partilhados sem autorização expressa do sujeito (Fortin, Prud'Homme-Brisson & Coutu-Wakulczyk, 2000, p.117).

Emerge, ainda, o direito à protecção contra o desconforto e o prejuízo, o qual preconiza as regras de protecção da pessoa participante no estudo contra inconvenientes susceptíveis de lhe fazerem mal ou de a prejudicarem. Os participantes têm direito a receber um tratamento justo e equitativo antes, durante e após a sua participação na investigação.

A par deste conjunto de princípios éticos apresentados anteriormente, Lima (2006, p.139) destaca também algumas considerações sobre quatro aspectos preponderantes a ter em conta por todos os investigadores “o modo de acesso ao local de pesquisa, a obtenção do consentimento informado dos participantes, a preservação da confidencialidade da informação obtida e a forma de redacção e de publicação do texto com os resultados da investigação”.

O acesso ao terreno assume-se como o acesso ao local onde se pretende desenvolver um estudo e aí proceder à recolha dos dados. Perante locais ou contextos onde existem relações hierárquicas importa começar por pedir autorização prévia aos dirigentes e/ou responsável máximo dessa organização antes de o investigador aceder aos participantes. Após uma resposta favorável por parte dos responsáveis “é indispensável assegurarmo-nos de que os participantes

não são coagidos por este responsável a envolverem-se no processo de pesquisa (nem impedidos por ele de o fazerem, contra a sua vontade) (Lima, 2006, p.141).

Traduzindo-se como um princípio fundamental em qualquer investigação, a obtenção do consentimento informado diz respeito ao facto de os “participantes serem informados da natureza e do propósito da pesquisa, dos seus riscos e benefícios, e de consentirem em participar sem coerção” (Lima, 2006, p.142). Assim, todos os aspectos intrínsecos a todo o processo de investigação devem ser revelados aos participantes desde a identificação do investigador, os propósitos do estudo, a metodologia adoptada, a explicação de todos os procedimentos, a duração da investigação, o modo de apresentação dos resultados e a explicitação de modo como os dados são armazenados, as pessoas que terão acesso aos dados, entre outros. A par destes procedimentos, o investigador deve assumir uma atitude de abertura e esclarecimento de qualquer dúvida que surja aos participantes assim como proceder à clarificação de todos estes aspectos através de um formulário que será validado pelos mesmos. Este princípio define, ainda, que a participação é voluntária e livre sendo que o participante poderá desistir a qualquer altura sem que daí decorram quaisquer penalizações.

A preservação da confidencialidade define-se como uma obrigação ética essencial do investigador que visa “proteger a privacidade dos investigados, assegurar a confidencialidade da informação que fornecem e, quando possível ou desejável, assegurar o anonimato das suas respostas” (Lima, 2006, p.145). Assegurar a privacidade diz respeito ao controlo pessoal de cada participante no acesso que outros detêm sobre ele, isto é, à informação que lhe diz respeito. A confidencialidade implica um acordo estabelecido entre os intervenientes no processo de investigação - investigador e participantes, quanto ao acesso de outros aos dados recolhidos. O anonimato diz respeito à atribuição de um nome fictício ou outro código que não identifique o indivíduo que forneceu os dados, isto é, a sua identidade não deverá ser revelada.

A redacção do relatório de pesquisa e a publicação dos resultados constitui um momento análogo aos anteriores, de respeito para com os participantes. Traduz-se na fase culminar do estudo onde importa valorizar e reconhecer o contributo dos participantes na investigação, transportando a “ética para o próprio texto da pesquisa” (Lima, 2006, p.148).

Este conjunto de responsabilidades contribuem para que toda a investigação se torne um processo metodologicamente competente e eticamente responsável, pois “é importante que os

assuntos éticos na pesquisa deixem de ser pensados como uma questão, que é abordada e resolvida num momento preciso, antes de se prosseguir com o «verdadeiro» trabalho investigativo: é essencial que as questões éticas se tornem parte integral da nossa prática quotidiana de pesquisa” (Lima, 2006, p.155). Daqui se depreende que para a realização de uma investigação em educação, o investigador, deve revestir-se de todos os cuidados que envolvem as relações humanas: a delicadeza, a gentileza, a deferência, as boas maneiras e o máximo de respeito pelos participantes. Lima (2006, p.151) defende, ainda, que “para promover uma investigação eticamente responsável, é fundamental, pois, apostar no desenvolvimento da integridade do investigador, nomeadamente, através de processos formativos sistemáticos e de uma continuada reflexão pública e partilhada entre os próprios investigadores”.

3.7. Limitações do estudo

O decorrer de uma investigação para compreender determinada realidade, em que são envolvidos diferentes pontos de vista e são recolhidas várias informações, entre mais complexas a mais claras, inevitavelmente, o investigador depara-se com situações adversas, para as quais deve ter a capacidade de ultrapassar.

Como não podia ser excepção, para o presente estudo registaram-se algumas contrariedades, nomeadamente, na obtenção das entrevistas devido a alguns procedimentos burocráticos no acesso aos intervenientes de Luanda, por razões de agenda e ao interveniente da instituição localizada fora de Luanda pela distância.

Sendo que pairava a ideia de conseguir um acesso rápido, por um lado, a questão de ter de aguardar e a proximidade da fase natalícia gerou uma elevada preocupação e, por outro lado, a demora na resposta por parte dos intervenientes IS1 e IS2 criou um certo embaraço no cumprimento do cronograma traçado entre o investigador e a orientadora.

Foi, também, bastante difícil a obtenção de dados para a caracterização das instituições envolvidas no estudo, uma vez que as instituições UP1, UP2 e IS não possuem informação actualizada num portal para consulta e o MESCTI encontrava-se em fase de reestruturação fruto do novo governo em Angola e da sua nova fusão, tendo sido necessário aguardar a aprovação de um novo estatuto orgânico. Formulámos pedidos às Instituições e registaram-se inúmeros

atrasos no envio dos dados, por vezes de meses, atrasando certamente o andamento e o bom ritmo dos trabalhos.

A distância e alguns constrangimentos de ordem financeira são outras razões que, embora a sua superação tenha sido feita atempadamente, criou certas limitações que marcaram o desenrolar da investigação.

Capítulo IV

Apresentação e discussão dos resultados

4.1 Introdução

A discussão dos resultados é o ponto do relatório em que o autor muda de foco. Se, nas secções anteriores, ele se tinha concentrado na descrição da metodologia, agora é o momento em que dá alguns passos para trás para ter uma visão geral dos dados e colocá-los em perspectiva no estudo como um todo (Swales & Feak, 2004, p.269).

Assim, neste capítulo, apresentamos os resultados obtidos através da análise das entrevistas. Organizamos as instituições e os intervenientes no estudo de acordo as codificações atribuídas no procedimento de recolha de dados, pelo que para as instituições continuamos a utilizar os códigos (MESCTI, UP1, UP2 e IS) e, para os intervenientes no estudo, os códigos (P1, P2, IS1 e IS2).

O capítulo está dividido por pontos, alinhados com as fases do estudo. Começamos por fazer uma recapitulação da informação metodológica e, em seguida, a apresentação dos resultados.

Sobre o primeiro ponto, recapitulação de informação metodológica, relembramos as etapas constituintes do nosso estudo e o tipo de técnica e instrumento de recolha de dados utilizado. No segundo ponto, a apresentação dos resultados do estudo e a sua relação com a questão de investigação e com os objectivos estabelecidos .

No quadro 4, apresentamos, resumidamente, as Instituições e os intervenientes no estudo, indexando cada interveniente à Instituição onde exerce a sua actividade profissional, para facilitar a compreensão.

Instituições participantes no estudo			Interveniente no estudo	
Código	Missão	Categoria	Código	Categoria na respectiva instituição
MESCTI	Conceber, formular, executar, monitorizar, fiscalizar e avaliar as políticas públicas e programas sectoriais do governo, nos domínios do Ensino Superior, Ciência, Tecnologias e Inovação.	Órgão administrativo de tutela	P1	Gestor público
UP1	Formação integral dos seus estudantes, produção, difusão e transferência do conhecimento científico, tecnológico e cultural, em favor das comunidades.	Instituição de ensino	P2	Gestor público
UP2	Formação de quadros superiores nos diversos ramos do saber	Instituição de ensino	IS1	Chefe de departamento
IS	Formar professores, gestores escolares e outros profissionais da educação e da investigação científica	Instituição de ensino	IS2	Chefe de departamento

Quadro 4 Descrição das instituições e dos intervenientes no estudo.

4.2. Recapitulação da informação metodológica

O nosso estudo assumiu uma abordagem qualitativa descritiva que, tendo em conta as questões e os objectivos de investigação, decorreu em 3 fases a saber:

1ª Fase — Construção de um guião de perguntas exploratórias e realização das entrevistas, calendarizadas para decorrer entre Outubro de 2017 e Janeiro de 2018.

2ª Fase — Transcrição e caracterização das entrevistas que decorreu entre os meses de Fevereiro e Maio de 2018.

3ª Fase — Redacção dos capítulos teóricos que decorreu entre os meses de Junho e Outubro de 2018.

Foi construído um guião de perguntas exploratórias “entrevista semiestruturada como técnica de recolha de dados para “obter dados comparáveis entre os vários sujeitos” (Bogdan & Biklen, 1994, p.135).

Recorremos a entrevista e a análise dos dados, para fazer uma aferição, ou detectar divergências de opiniões, tendo como propósito a obtenção da resposta à nossa questão de investigação. Confrontamos, ainda, informações recolhidas que constam nos documentos oficiais do governo angolano, designadamente, Decretos-Lei (estatuto do MESCTI, Lei de Bases do Sistema Educativo de Angola, Decreto-Presidencial de criação das IES), planos e estratégias do governo de Angola (Plano Nacional de Desenvolvimento, Plano Nacional de Formação de Quadros, Plano de Desenvolvimento Nacional Angola 2018/2022, Estratégia Nacional de Desenvolvimento) e outros normativos inerentes aos temas abordados no estudo.

Inicialmente, as entrevistas deviam decorrer entre os meses de Outubro de 2017 e Janeiro de 2018. Porém, não foi possível cumprir com a programação, devido à indisponibilidade de alguns intervenientes seleccionados. As entrevistas decorreram no dia 21 de Dezembro de 2017 com o entrevistado P1 e no dia 22 do mesmo mês e ano com o entrevistado P2. Por e-mail, recepcionamos as respostas do IS2 em Março de 2018 e, por último, as respostas do IS1 em Maio também do ano 2018.

Após as entrevistas, foi feita a transcrição e caracterização dos dados. Para facilitação e compreensão, com base nos dados obtidos, dividimos a caracterização em duas categorias.

Primeiramente foram caracterizados os intervenientes no estudo, posteriormente, as instituições envolvidas no estudo, a que pertencem os intervenientes.

O estudo teve como finalidade compreender os pontos de conciliação e conflito entre a missão do ensino Superior em Angola e a intervenção da UNESCO (Agenda da Educação 2030), na formulação da política educativa e curricular envolvendo os seguintes conceitos - chave: Currículo, Educação, Globalização, Internacionalização.

As perguntas exploratórias formuladas aos intervenientes permitiram-nos fazer uma reflexão com base nas respostas e fazer um cruzamento das diferentes opiniões.

O guião de perguntas exploratórias compreende 10 perguntas abertas, tendo como objectivo conceder a possibilidade aos intervenientes de acrescentarem aspectos que considerassem relevantes para a problemática.

Passamos, assim, à fase seguinte.

4.3 Análise de conteúdo das entrevistas:

A análise de conteúdo foi realizada de acordo com os objectivos que nos propusemos alcançar, pois, uma vez que o número de intervenientes é muito reduzido, e o carácter da informação é muito descritivo, não fazia sentido a emergência de dimensões e categorização. Assim, para o primeiro objectivo, que era perceber qual é o órgão responsável pela formulação do currículo educacional do ensino superior em Angola, cruzamos as respostas dos 4 intervenientes, e podemos aferir que não existe um único órgão responsável pela formulação do currículo de ensino. Todos os entrevistados foram unânimes ao referir que as IES têm, na sua estrutura orgânica, departamentos de ensino (por cursos) que elaboram os currículos. Posteriormente, são enviados ao MESCTI nas vestes de órgão de tutela que os valida e remete ao Conselho de Ministros para a sua aprovação: “ no contexto angolano cada Universidade ou Instituição de Ensino Superior (IES) elabora o seu currículo. Porém, o mesmo é enviado como proposta e para conhecimento a Direcção Nacional de Formação Graduada (DNFG) do Ministério do Ensino Superior, Ciência, Tecnologias e Inovação (MESCTI) que, por sua vez, o analisa e o aprova. Uma vez aprovado, o MESCTI envia o currículo ao Conselho de Ministros que o aprova e publica em decreto presidencial” (P1); cada Universidade ou Instituição de Ensino Superior (IES) elabora o seu currículo.

Posteriormente, o mesmo é submetido ao órgão ministerial de tutela para aprovação (P2); a Universidade possui departamentos responsáveis pela elaboração e reformulação dos planos curriculares que, por sua vez, são submetidos à reitoria que as canaliza ao ministério de tutela para a sua aprovação” (IS1); O Ministério da Educação, o Ministério do Ensino Superior, o Conselho de Ministros aprova. As universidades são autónomas e propõem os seus currículos através dos regulamentos estipulados superiormente a quem compete a sua aprovação (IS2).

Relativamente às políticas existentes para controlo da eficácia do currículo, obtivemos respostas diferentes. Assim, o entrevistado P1 salientou que “estão em construção as Normas Curriculares e Pedagógicas Nacionais (NCPN), para funcionar como mecanismo de controlo e, ainda, um sistema nacional de garantia de qualidade (Avaliação interna e externa de instituições), de forma a controlar a implementação e qualidade dos currículos, que implicará a reforma curricular. Aguarda-se a sua aprovação e publicação em decreto”. Salientou, ainda, que “o MESCTI tem como linhas de referência a Declaração de Fortaleza de 2004, na qual os Ministérios da Educação da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), aprovaram orientações para harmonizar o currículo nos países da Comunidade”.

De acordo com o entrevistado P2 “anualmente e aqui na Universidade é verificado e controlado o plano curricular anterior, é feita uma revisão, a partir do questionário aos graduados dos últimos 5 anos dos planos anteriores, no sentido de adequar à situação real do país”. O entrevistado IS1 referiu que “a Universidade organiza regularmente encontros técnicos para a verificação do cumprimento dos planos aprovados”.

O último entrevistado não respondeu a esta questão.

No que concerne a questão da harmonização/coesão entre o currículo nacional das diferentes instituições de ensino superior, também consideramos que as respostas foram divergentes.

Assim, o entrevistado P1 considerou que “ a harmonização decorre da reforma curricular e um sistema de garantia de qualidade, passa pela avaliação externa das instituições, existe ainda um processo de estabelecimento de directrizes para a harmonização, equivalência e mobilidade docente, tendo como meta a harmonização do currículo nacional”; para o entrevistado P2 “existe um plano em curso a nível ministerial com vista a dissipar as diferenças entre os currículos de um mesmo curso ministrado por diferentes IES, acrescentando que “existe uma

comissão de trabalho criada pelo MESCTI que irá trabalhar na harmonização dos currículos das diferentes IES”.

Para o entrevistado IS1, “sendo a Universidade uma instituição estatal, rege-se pelas orientações e plano ministerial no sentido de apoiar a preocupação superior de tornar harmónico o currículo nacional”.

Para o entrevistado IS2, esta questão tem a ver com a supervisão, escapando algumas políticas a essa supervisão: “em minha opinião, passa primeiro por existir uma supervisão clara. O cumprimento destes decretos tem uma supervisão, no entanto existem algumas políticas como é a política de formação de quadros (...)”

Sobre as políticas traçadas para que o ensino superior em Angola forme um cidadão universal encontramos convergência nas respostas. O entrevistado P1, representante do MESCTI, salientou “que existe um esforço para que se cumpram os pressupostos traçados pela UNESCO. Existem planos nacionais, como o da erradicação do analfabetismo e intercâmbio estudantil”. E reforçou que “o MESCTI defende o cumprimento da declaração de Fortaleza de 2004, onde os Ministérios da Educação da Comunidade de Países de língua Portuguesa (CPLP) foram orientados sobre a harmonização da educação na referida comunidade”.

O entrevistado P2 foi exactamente na mesma linha, salientando “que há um esforço para que se cumpram os pressupostos traçados pela UNESCO, nomeadamente, a erradicação do analfabetismo, que está sendo materializado por via da criação de polos universitários e a expansão do Ensino Superior nas províncias”. E acrescentou: “esta Universidade é uma instituição que acompanha as orientações das Organizações Internacionais”.

Para o entrevistado IS1 “além das variáveis nacionais, os critérios e padrões saídos das recomendações das organizações internacionais, como a UNESCO, o Banco Mundial, e das organizações regionais como a Comunidade de desenvolvimento da África Austral (SADC), Associação para o desenvolvimento da Educação em África (ADEA), são tidas em conta e seguidas pela Universidade, de acordo com a planificação do Governo da República de Angola.

Para o entrevistado IS2, “existe a política de inserção, ou melhor, de não exclusão, em que todos têm de igual maneira de usufruir dos serviços do Estado, de entrar nas universidades, de participar em testes, concursos e outros”. Acrescentou que “existe uma quota específica para pessoas com deficiências (auditivas e visuais) e que isto constitui prova clara que Angola está

alinhada com estas políticas das Organizações Internacionais, pois existem jovens licenciados mestres e doutores com esta última condição”.

Relativamente aos mecanismos de controlo da execução das políticas, as respostas foram maioritariamente aproximadas. O entrevistado P1 salientou “que o controlo é aplicado por via da avaliação institucional”; para o P2 “a sua Universidade tem recebido orientações do MESCTI no sentido de manter um controlo das formações e planos existentes”; o entrevistado IS1 considera “que os mecanismos são variados, um deles é constituído pelos relatórios periódicos sobre o cumprimento das orientações do MESCTI. Os relatórios periódicos visam manter a instituição informada sobre a eficácia da implementação do currículo”; por fim, para o entrevistado IS2, “as instituições do ensino superior devem ter em conta os pressupostos superiormente estabelecidos. As instituições fazem avaliação de desempenho dos seus funcionários. As políticas traçadas são responsáveis pela qualidade do ensino e eficácia do mesmo”.

Relativamente à perspectiva dos entrevistados sobre os vários planos (PND, PNFQ) e programas no que concerne a agenda da UNESCO, houve convergência nas respostas.

Para o entrevistado P1, “o PND que abarca o PNFQ, são instrumentos estratégicos de planificação e desenvolvimento (particularizamos a educação), com vista a construir um sistema de educação superior de qualidade para responder às prioridades de desenvolvimento da economia e para formar profissionais com perfil que a sociedade exige. Trata-se, pois, da componente qualitativa”. Salientou que: “estes instrumentos visam articular aquilo que as universidades ensinam com o mundo do trabalho, através de estágios no início de cada ano”.

O entrevistado P2 referiu “que algumas Instituições de fomento empresarial e a Universidade assinaram um protocolo para facilitar os estágios em empresas nacionais e estrangeiras” e considera que o “PNFQ está alinhado com as metas de desenvolvimento da UNESCO. O mesmo visa a formação nas áreas técnicas (consideradas deficitárias em Angola), visa ainda a entrada de quadros adultos ao curso de bacharelato, no sentido de minimizar o sufoco em termos de força de trabalho”.

Para o entrevistado IS1, a “Universidade está dentro do programa do Governo sobre contemplação de bolsas de estudo para capacitação institucional alinhadas ao vector da

educação do PND”. Considerou que “o PNFQ é um instrumento deveras importante para o alcance do desenvolvimento nacional, que certamente se alinha aos objectivos da UNESCO enquanto organização preocupada em alavancar o desenvolvimento dos Estados membros”.

Para o entrevistado IS2 “os planos e estratégias estão bem concebidos, são instrumentos que contribuem para a execução de muitos planos. Muitas vezes há que contextualizá-los em função da realidade de cada instituição”.

Relativamente ao alinhamento das políticas curriculares angolanas com esta agenda da UNESCO 2030, constatamos também aproximação nas ideias e respostas dos intervenientes.

Assim, o entrevistado P1 salientou: “ Angola alinou-se a esta agenda estabelecida pela UNESCO na medida em que criou medidas com vista a melhorar a qualidade para formar quadros capazes de serem inseridos em outros mercados”, acrescentando, ainda, que “existe uma política de envio de quadros para o exterior de Angola, para formação ao nível de mestrado e doutoramento e existe ainda uma política de potenciamento das bibliotecas e laboratórios das IES”. Para este gestor político: “o alinhamento será reforçado com o arranque do movimento da reforma curricular que traça orientações específicas neste sentido”.

Para o entrevistado P2, “ o alinhamento verifica-se na política de melhoria de formação de quadros e no envio de quadros para o exterior de Angola, para nível de pós-graduação”.

O entrevistado IS1 referiu que “a criação de medidas para melhorar a qualidade de ensino, a política de formação de quadros no exterior são, de certeza, um enquadramento das políticas curriculares do governo angolano com a agenda da UNESCO 2030”. Salientou, ainda, “ que existe a máxima em Angola de formar mais e melhor, e a sua Universidade é uma das IES contempladas no programa de governo”.

Na perspectiva do entrevistado IS2 “ as políticas estão todas alinhadas e são concretizáveis, dependente da vontade de cada governo para a execução das mesmas”, reforçando que “devem ser contextualizadas”.

Sobre a internacionalização do currículo em Angola as respostas não foram concretas, ficando a ideia de que a internacionalização ainda não é um facto, mas sim um plano.

Assim, “para o MESCTI está no plano das intenções, análise que já se vem afluando pelas autoridades angolanas, em alguns estudos pedidos” (P1); “a internacionalização do currículo em Angola está numa fase inicial, é um estudo ainda em curso. Existe um plano para adequar o currículo às necessidades do mercado” (P2). Este entrevistado frisou que “Angola guia-se com os padrões mundiais para equiparar a formação ministrada internamente...existe uma mobilidade estudantil e absolvição de estudantes estrangeiros na área de economia, direito e medicina (estudantes recebidos pela sua instituição, provenientes da Coreia do Sul, Brasil, São-Tomé e Príncipe e Cabo Verde”.

Para o entrevistado IS1, a internacionalização “é ainda incipiente, mas Angola começou a dar passos neste sentido. Os inúmeros programas de intercâmbio académico, que reúnem investigadores, estudantes e docentes olham para esta perspectiva de adequar o que se ensina em Angola ao que se ensina mundialmente”

O entrevistado IS2 começou por responder com uma pergunta: “ esta questão será exequível e realística? Angola é uma diversidade de culturas, hábitos, costumes e a educação é rica pela diversidade. Um currículo uniforme, universal, na minha opinião não é aconselhável”.

4.4 Síntese dos resultados

Os dados obtidos nas respostas dos intervenientes no estudo revelam que:

- em Angola não existe um único órgão responsável pela formulação do currículo de ensino, à semelhança de outros Estados membros da UNESCO;
- os departamentos das unidades orgânicas das IES são responsáveis pela elaboração do currículo. Posteriormente, o currículo é submetido à reitoria ou direcção geral da IES que, por sua vez, envia ao MESCTI para análise e aprovação e, por fim, é remetido ao Conselho de Ministros para aprovação e publicação em Decreto;
- as IES exercem o controlo da eficácia do currículo com base em encontros técnicos, verificações, questionários e relatórios. Não existe um normativo para controlo desta eficácia;
- não existe uma harmonização/coesão entre o currículo no ensino público e no ensino privado. Está em curso um plano ministerial com este propósito;
- existe uma política direccionada do governo angolano, tendo em conta o seu alinhamento com as políticas das organizações internacionais (a República de Angola pauta-se pelas recomendações das Organizações Internacionais e regionais, nomeadamente, a UNESCO, Banco Mundial, SADC, ADEA e pela Declaração de Fortaleza de 2004);
- os mecanismos de controlo da execução das políticas são aplicados por via da avaliação institucional. O MESCTI orienta as IES a manter o controlo das formações e dos planos existentes. Por outro lado são feitos relatórios periódicos;
- os planos e estratégias desenvolvidos ao longo dos capítulos teóricos, designadamente, o PND, PNFQ e o PDN, são instrumentos estratégicos de planificação e desenvolvimento (sector da educação), com vista a construir um sistema de educação superior de

qualidade para responder às prioridades de desenvolvimento da economia e para formar profissionais com o perfil que a sociedade exige;

Estes instrumentos visam articular o que as universidades ensinam com as competências requeridas pelo mundo do trabalho.

O PNFQ está alinhado com as metas de desenvolvimento da UNESCO porque o mesmo visa a formação nas áreas técnicas (consideradas deficitárias em Angola), tendo como meta alavancar o desenvolvimento de Angola;

- Angola alinou-se com esta agenda estabelecida pela UNESCO, na medida em que criou medidas com vista a melhorar a qualidade para formação de quadros. Foi verificado ainda que o país tem uma política de envio de quadros para o exterior, para formação ao nível de mestrado e doutoramento e existe ainda uma política de potenciamento das bibliotecas e laboratórios das IES. Existe uma máxima nacional em Angola de formar mais e melhor;
- a internacionalização do currículo em Angola está em fase inicial, ainda muito incipiente com uma fraca mobilidade estudantil e recepção de estudantes estrangeiros de alguns países da Ásia, América do Sul e África, ainda há muito a se fazer para alcançar o que já se considera plano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Atingimos a fase final desta aventura investigativa, que nos propusemos enfrentar. Consideramos pois esta tentativa (ensaio), uma expressão da nossa vontade em entrar no mundo da investigação, reconhecendo que muito ainda ficou por se fazer, sendo que algumas indagações e dúvidas surgidas ao longo do percurso não foram esclarecidas na sua plenitude.

Sobre o percurso que, à partida, nos parecia fácil, temos de admitir que o mesmo foi ficando algo atribulado devido ao elevado esforço que se exige de um estudo deste nível; em vários momentos ficamos com a sensação de que os suportes bibliográficos e a colaboração de alguns intervenientes eram insuficientes, deixando-nos até certo ponto relativamente inseguros sobre o cumprimento da nossa meta.

Entendemos que a problemática da internacionalização do currículo é recente, quer no contexto angolano, quer para a UNESCO, pelo que esta é, de facto, uma temática actual. Por se tratar de algo recente, tivemos dificuldade, e podemos dizer que foi impossível reunir todo o suporte bibliográfico necessário, sobretudo os referentes ao contexto angolano, porém alguns documentos foram conseguidos fruto da persistência em contactar as instituições e intervenientes no nosso estudo. Foi feito recurso a vários documentos oficiais e legislações angolanas, assim como, em documentos dos gabinetes da UNESCO em Angola e em Portugal.

Tendo em conta os objectivos estabelecidos para o estudo, podemos tecer algumas considerações.

Consideramos que a articulação com os dados da UNESCO foi menos dificultada, enquanto que o acesso a alguns documentos oficiais de Angola não era ainda possível, devido à reforma interna no sector do ensino superior que está a ser implementada no país.

Numa primeira fase, após a escolha das instituições intervenientes, escolhemos os gabinetes representantes da UNESCO em Angola para fornecimento dos dados que julgamos necessários.

A reforma interna no governo da República de Angola, implicou os diferentes sectores e, conseqüentemente, envolveu a revisão de alguns decretos presidenciais e a mudança de órgãos ministeriais, o que nos deixou numa situação de espera. A título de exemplo, o então Ministério do Ensino Superior sofreu uma transformação, ao mesmo tempo que foi fundido o então Ministério da Ciência e Tecnologias, originando assim o Ministério do Ensino Superior, Ciência,

Tecnologias e Inovação. Antes de avançarmos com o estudo, foi obrigatória a espera da aprovação de um novo governo e na sequência a aprovação pelo novo Conselho de Ministros e pela Assembleia Nacional da República, de um novo Decreto-Lei que revoga os decretos dos órgãos anteriores e cria o MESCTI.

Não obstante o tempo de espera, consideramos que estes obstáculos ao longo do percurso, embora sendo factores de limitação, não constituíram motivos para desistirmos do nosso propósito, pelo contrário, mantivemo-nos firmes, motivados e esperançosos em bons resultados a saírem da reforma, e que os mesmos pudessem ser mais valia para continuar seguindo o caminho em frente.

As questões inerentes à internacionalização despertaram a nossa vontade de entender os seus variados domínios por se tratar da nossa área de formação a nível de licenciatura. As mudanças que se vêm registando em Angola suscitaram-nos o interesse pelo estudo, para poder compreender as ideias, programas, estratégias internas existentes, com base nas orientações das Organizações Regionais e Internacionais.

Damo-nos por satisfeitos pelo acesso a informações que não eram do nosso domínio antes de avançarmos com o estudo, assim como com a ampliação do conhecimento com base nos dados recolhidos nas entrevistas e nos documentos analisados. Permitam-nos partilhar que a maior parte da informação não constava do nosso leque de conhecimento e foi possível, por via do estudo, adquirirmos conhecimentos novos, consideráveis e valiosos.

Além disso, servimo-nos dos conhecimentos obtidos através da consulta bibliográfica e das entrevistas aos quadros de renome e posição de chefia na estrutura do ensino superior em Angola, pelo que nos sentimos privilegiados por que somos conhecedores da realidade estrutural deste subsistema de ensino.

Com base no estudo, consideramos que a República de Angola manifesta interesse em transformar o currículo educacional num instrumento mais relevante e útil que possa contribuir para formar profissionais com o perfil realmente necessário. O estudo revelou que as entidades ligadas à educação pensam no currículo nacional, tendo consideração e respeito os padrões internacionais, designadamente, as orientações da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral, da UNESCO, da Associação para o Desenvolvimento da Educação em África e, ainda, da Declaração de Fortaleza de 2004.

Assim, a política do governo angolano visando alavancar o ensino superior está a ser implementada com apoio a estas Organizações Internacionais e Regionais e aos documentos assinados pelas partes.

1. Documentos e Planos do governo

Dos estudos e constatações, consideramos bastante ambiciosos os planos e estratégias de governo. O Plano Nacional de Desenvolvimento “ Angola 2025”, o Plano Nacional de Formação de Quadros e o Plano de Desenvolvimento Nacional “2018” (no sector da educação) entre outros instrumentos referidos, elaborados para dar resposta, são instrumentos estratégicos de planificação e desenvolvimento (no sector da educação e ensino superior), atendendo a linha de orientações regional e internacional.

2. Aproximação às linhas orientadoras

Como já foi referido anteriormente, da nossa interpretação, verificamos que Angola demonstra a sua aproximação às linhas orientadoras externas, com a criação de medidas com vista a melhorar a qualidade na formação de quadros, também tendo como perspectiva a formação do cidadão universal. Pudemos comprovar esta aproximação na política de envio de quadros para o exterior, para formação ao nível de mestrado e doutoramento e, ainda, na política de potenciamento das bibliotecas e laboratórios das Instituições de Ensino Superior.

Embora evidenciemos que a internacionalização do currículo em Angola está em fase inicial, através dos dados fornecidos pelos intervenientes no estudo, consideramos que consta dos planos de intenções este entrosamento.

Verificamos que, apesar deste alinhamento, as agendas internacionais e regionais, existem ainda muitos aspectos que carecem de melhorias, desde a harmonização curricular, a gestão das Instituições de Ensino e a melhoria da fiscalização e avaliação da qualidade dos currículos.

Ficou também a ideia que se tem verificado que o acesso ao ensino superior não está instrumentalizado com mecanismos que facilitem aferir quem são os estudantes preparados

para o ingresso nome mesmo, pelo que se têm verificado reprovações e atrasos naquilo que são as metas do governo.

3. Potencialidades do estudo

Quando pensamos em aprofundar o nosso conhecimento sobre o estado do ensino superior em Angola e a sua aproximação à agenda da Educação da UNESCO 2030, ocorreu-nos, simultaneamente, a ideia de fazer uma pequena reflexão no fim da investigação, e partilhar com os órgãos responsáveis pelo subsistema, ou seja, deixar à consideração superior.

Consideramos que o presente estudo apresenta dados e informações relevantes que podem ser apreciadas e aproveitadas como contributo para introdução de melhorias que se julguem necessárias.

Aspiramos que os nossos resultados sirvam de fonte de pesquisa em estudos futuros sobre o subsistema de ensino superior em Angola, para compreender a sua aproximação aos outros subsistemas e os planos e estratégias traçadas pelo governo angolano com vista ao cumprimento das orientações regionais, nacionais e internacionais. Existem inúmeros documentos em Angola que não estão ainda amplamente divulgados, sendo que muitos ainda os desconhecem. Para nós será uma nobre missão académica e patriótica levar o conhecimento às populações, sobre a existência destes planos estratégicos, que poderão contribuir para colher novos subsídios e ideias.

Pretendemos ainda, num futuro também a médio prazo, com o aval e chancela do Ministério do Ensino Superior, Ciência, Tecnologias e Inovação, criar um sistema de monitorização do cumprimento das orientações das Organizações Regionais Internacionais.

O presente estudo surge também como um contributo para a alerta sobre a necessidade de harmonizar os currículos dos cursos superiores dos diferentes níveis de ensino.

É nosso propósito que o mesmo venha a servir como fonte de informação para o futuro sistema nacional de garantia da qualidade, que urge a sua entrada em acção no país.

Pretendemos contribuir com ideias, tendo como base as orientações emanadas principalmente pela UNESCO como organização de vocação universal e referência no esforço pela melhoria da qualidade de ensino nos países membros.

Finalizamos com a ideia de que as questões direccionadas aos participantes, assumidas como objectivos no nosso estudo, poderão de igual maneira alertar a necessidade de melhoria da qualidade do ensino, assim como, incidir algum foco nas questões de carácter organizacional no subsistema de ensino superior.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Alves, M. P (2002). Autonomia curricular: a face oculta da (re)centralização?. In A. Moreira; J. A. Pacheco; J. C. Morgado; E. Macedo & M. A. Casimiro (Orgs.). *Currículo e Produção de Identidades*. Actas do V Colóquio sobre questões Curriculares. Braga: Universidade do Minho

BAUMAN, Z (1999). *Globalização: As Consequências Humanas*. Rio de Janeiro: Editora Zahar.

BONIFACE, P . (2001). *Dicionário das Relações Internacionais*. Plátano editora

BALL, S. (1999). Specifying globalization effects on national policy: a focus on the mechanisms: *Journal of Education Policy* . Inglaterra

BEECH, J. (2009). A Internacionalização das Políticas Educativas na América Latina. *Revista Currículo sem Fronteiras*. Buenos Aires

BONIFACE, P. (2009). *Atlas das Relações Internacionais*. Plátano editora.

CARVALHO, P. (2016). Evolução e Crescimento do Ensino Superior em Angola. *Revista angolana de Sociologia*, 51-58. Luanda

CHARLOT, B (2007) Educação e Globalização: Uma tentativa de colocar ordem no debate. *Revista de Ciências e Educação*. Lisboa

CENTRO REGIONAL DE INFORMAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (2018). *Agenda de educação 2030*. In: <https://www.unric.org/pt/>

COMISSÃO NACIONAL DA UNESCO-PORTUGAL (2018). *Objectivos de Desenvolvimento do Milénio*. In: <https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/21252030%20Agenda%20for%20Sustainable%20Development%20web.pdf>

CURY, A. (2007). *Inteligência Multifocal*. Editora Pergaminho

DALE, R (2004). *Globalização e Educação: Demonstrando a existência de uma “cultura educacional mundial comum” ou localizando uma “agenda globalmente estruturada para a educação”?*. Centro de Estudos em Educação e sociedade-Unicamp. Campinas

GOUGH, N. (2004) *A vision for Transnational Curriculum Inquiry*. Disponível em: <http://nitinat.library.ubc.ca/ojs/index.php/tci>

LIBERATO, E. (2014). *A Formação de Quadros Angolanos no Exterior: Estudantes angolanos em Portugal e no Brasil*. Cadernos de Estudos Africanos. Disponível em: <http://www.cea.revues.org>

MINISTÉRIO DO ENSINO SUPERIOR CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO (2018). *Estatuto Orgânico do Ministério*, aprovado pelo Decreto Presidencial nº 26/18 de 1 de Fevereiro.

MINISTÉRIO DO ENSINO SUPERIOR (2014). *Regulamento de Bolsa de Estudo Externa*, aprovado pelo Decreto Presidencial nº 165/14 de 19 de Junho.

MINISTÉRIO DO ENSINO SUPERIOR (2016). Anuário Estatístico elaborado pelo Gabinete de Estudos, Planeamento e Estatística.

MOREIRA, A. (2010). *A Internacionalização do campo do Currículo*. Retirado da Revista da UFRJ. Rio de Janeiro

MOREIRA, A. (2014). *Currículo, conhecimento e cultura*. Portal do Ministério da Educação. Brasil

MORGADO, J. & QUITEMBO, A. (2014). *Currículo, Avaliação e Inovação em Angola*. Benguela: Ondjiri editores.

MOREIRA, A (Org 2010): *Pesquisador em currículo*. Belo Horizonte: Editora Autêntica

MOREIRA, A. (2012). O Actual processo de Internacionalização do Campo do Currículo: Estratégias e desafios. *Educação, sociedade e cultura* nº37, 2012, 45-61. Rio de Janeiro.

MOREIRA, A & MORGADO, J. (Org). (2015). *Currículo Internacionalização e Cosmopolitismo volume I. Desafios contemporâneos em contextos luso-afro-brasileiros*. Santo Tirso: De facto editores.

MOREIRA, A & MORGADO J.(Org) (2015). *Currículo Internacionalização e Cosmopolitismo volume II. Desafios contemporâneos em contextos luso-afro-brasileiros*. Santo Tirso: De facto editores.

SECRETARIA DE ESTADO DO ENSINO SUPERIOR (2008): *Regulamento de Bolsa de Estudo Interna*, aprovado pelo Decreto nº 21/08 de 28 de Fevereiro.

SOUSA, F. (2005). *Dicionário de Relações Internacionais*. Edições Afrontamento. Porto

OCDE (1992). *Internationalizing the Curriculum in Higher Education*. Paris: OCDE

PACHECO, J. (2005). *Estudos Curriculares, para uma Compreensão crítica*. Porto: Porto Editora.

PACHECO, J (2013). Estudos curriculares: Desafios teóricos e metodológicos. *Ensaio: avaliação, políticas públicas e Educação*. Rio de Janeiro.

PACHECO, J (2001). *Currículo: Teorias e práxis*. Porto: Porto editora

PLANO DE DESENVOLVIMENTO NACIONAL (2018). *Sumário Executivo: Das políticas da Educação e ensino Superior*. (www.gov.ao)

PINAR, W. (2004). *What is Curriculum Theory? Studies in curriculum theory*. New Jersey: Publisher L. Associates.

SILVA, E. (2016). *Gestão do Ensino Superior em Angola: Realidades e tendências e desafios rumo a qualidade*. Mayembe editora.

SOUSA, F. (2005). *Coleções de Dicionários: Dicionário de Relações Internacionais*. Edições Afrontamento.

THIESEN, J. (2017). Internacionalização do Currículo na Educação Básica: Concepções e Contextos. *Revista da PUCSP*. São Paulo.

UNIDADE TÉCNICA DE GESTÃO DO PLANO NACIONAL DE FORMAÇÃO DE QUADROS (2016): *Boletim: Qualificar n° 1*. Edição UTG/PNFQ (www.pnfq.gov.ao)

UNIDADE TÉCNICA DE GESTÃO DO PLANO NACIONAL DE FORMAÇÃO DE QUADROS (2016): *Boletim: Qualificar n° 2*. Edição UTG/PNFQ (www.pnfq.gov.ao)

UNIDADE TÉCNICA DE GESTÃO DO PLANO NACIONAL DE FORMAÇÃO DE QUADROS (2017): *Boletim: Qualificar n° 3*. Edição UTG/PNFQ (www.pnfq.gov.ao).

UNIDADE TÉCNICA DE GESTÃO DO PLANO NACIONAL DE FORMAÇÃO DE QUADROS (2017): *Sumário executivo do PNFQ*. Edição UTG/PNFQ.

YATES, L & GRUMET, M (2011). *World Yearbook of Education 2011: Curriculum in Today's World: Configuring Knowledge, Identities, Work and Politics*. Editora: Routledge. New York

YOUNG, M & YATES, L. (2010). Globalisation, Knowledge and the Curriculum. *European Journal of Education, Research, development and policy*, vol 45 n° 1.

APÊNDICES

APÊNDICE 1

GUIÃO DE ENTREVISTA

No âmbito do Mestrado em Ciências da Educação – Área de Especialidade em Desenvolvimento Curricular e Inovação Educativa, do Instituto de Educação da Universidade do Minho, estamos a desenvolver um estudo de investigação sob a orientação da Doutora Maria Palmira Alves, intitulado “Currículo e internacionalização: o contexto do ensino superior angolano e a agenda da educação da Unesco 2030”

A investigação tem como objetivo principal compreender como se concilia e conflitua a missão do Ensino Superior em Angola, no âmbito da Educação para a Cidadania Global, com as intervenções das instituições internacionais (UNESCO) na formulação de uma política educativa e curricular?

A entrevista é anónima e as respostas totalmente confidenciais.
Agradecemos a vossa colaboração,
Macedo José Diogo

DADOS DE CARACTERIZAÇÃO PESSOAL

1. Nacionalidade: _____
2. Habilitações Académicas: _____
3. Tempo de serviço _____
4. Função que desempenha na Instituição _____

QUESTÕES (Por favor, considere que estas questões são apenas indicativas do nosso tema, pelo que poderá, se o desejar, alterar a ordem, completar e /ou dar-nos outras informações que serão preciosas para o nosso estudo)

1 - Qual a sua perspetiva sobre:

a formulação do currículo educacional do ensino superior em Angola: qual é o órgão responsável pela formulação do currículo educacional do ensino superior em Angola?

- as políticas criadas para o controlo da eficácia deste currículo do ensino superior: existem políticas para controlar a eficácia? Poderia falar um pouco sobre elas?

- a necessidade de um currículo nacional coeso entre as instituições de ensino superior: há preocupações com a harmonização curricular entre as IES?

- as políticas traçadas para que o ensino superior em Angola possa contribuir para formar o cidadão universal : Existem políticas para a internacionalização? Pode falar-me um pouco delas?

- os mecanismos de controlo da execução destas políticas: Há mecanismos de controlo da execução destas políticas? Como funcionam?

- os vários planos (PND, PNFQ) e programas no que concerne a agenda da UNESCO: estes planos são importantes para o currículo no ensino superior e para o alinhamento internacional?

1 - Considera que há internacionalização? Poderia comentar

Muito obrigado pela colaboração,

Macedo José Diogo!

APÊNDICE 2 – Transcrição de uma entrevista

Entrevistado: P1

Função actual: Secretário de Estado do Ensino Superior, desde Outubro de 2017.

Funções desempenhadas: Director Adjunto da unidade Técnica do Plano Nacional de Formação de Quadros- Angola.

Docente no Instituto de Educação da Universidade do Minho.

Director da Licenciatura em Educação, coordenador de um curso de especialização e coordenador do curso de mestrado em educação na área de Formação, Trabalho e Recursos Humanos.

Actualmente lecciona na Universidade Agostinho Neto, em Luanda, investigando aspectos ligados à administração e gestão universitária.

Habilitações Académicas: Doutoramento em Ciências da Educação pela Universidade do Minho, Portugal.

Perguntas exploratórias:

1- Qual é o órgão responsável pela formulação do currículo educacional do ensino superior em Angola?

No contexto angolano cada Universidade ou Instituição de Ensino Superior (IES) elabora o seu currículo. Porém, o mesmo é enviado como proposta e para conhecimento a Direcção Nacional de Formação Graduada (DNFG) do Ministério do Ensino Superior, Ciência, Tecnologias e Inovação (MESCTI), que por sua vez analisa e o aprova.

Uma vez aprovado, o MESCTI envia o currículo ao Conselho de Ministros que o aprova e publica em decreto presidencial.

2- Que políticas foram criadas para o controlo da eficácia deste currículo do ensino superior?

Estão em construção as Normas Curriculares e Pedagógicas Nacionais (NCPN) para funcionar como mecanismo de controlo e um sistema nacional de garantia de qualidade (Avaliação interna e externas de instituições), de formas a controlar a implementação e qualidade dos currículos, que implicará a reforma curricular. Aguarda-se a sua aprovação e publicação em decreto.

Actualmente o Ministério tem como linhas de referências a Declaração de Fortaleza de 2004, na qual os Ministérios da educação da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), aprovaram orientações para harmonizar o currículo nos países da Comunidade.

3- Sobre a necessidade de um currículo nacional coeso, qual é o ponto de vista sobre a coesão entre o ensino superior público e o privado?

A harmonização decorre da reforma curricular, um sistema de garantias de qualidade, passa pela avaliação externa das instituições, existe ainda um processo de estabelecimento de directrizes para a harmonização, equivalência e mobilidade docente, tendo como meta a harmonização do currículo nacional.

4- Angola é membro das Nações Unidas desde 1976, tendo aderido a carta da UNESCO alguns anos depois. Sendo esta última a responsável pela Educação, Ciência e Cultura dos seus Estados membros, com base no princípio da igualdade entre os Estados; que políticas foram traçadas para que o ensino superior em Angola tenha pressupostos para formar o cidadão universal?

Existe um esforço para que se cumpra os pressupostos traçados pela UNESCO. Existem planos nacionais, como o da irradicação do analfabetismo, intercâmbio estudantil.

Por outro lado, o MESCTI defende o cumprimento da declaração de Fortaleza de 2004, onde os Ministérios da educação da Comunidade de Países de língua Portuguesa (CPLP), onde foram orientados a harmonização da educação na referida comunidade.

5- Quais os mecanismos de controlo da execução destas políticas?

Os mecanismos de controlo são aplicados por via da avaliação institucional

6- Uma visão sobre os vários planos (PND, PNFQ) e programas no que concerne a agenda da UNESCO.

O Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), que abarca o Plano Nacional de Formação de Quadros (PNFQ) são instrumentos estratégicos de planificação e desenvolvimento (particularizamos a educação), com vista a construir um sistema de educação superior de qualidade para responder as prioridades de desenvolvimento da economia e para formar profissionais com perfil que a sociedade exige, trata-se, pois, da componente qualitativa.

Estes instrumentos visam articular aquilo que as universidades ensinam ao mundo de trabalho, através de estágios no início de cada ano.

7- A UNESCO estabeleceu uma agenda de educação que vai até ao ano 2030. Qual é o alinhamento das políticas curriculares angolanas a esta agenda?

Angola alinhou-se a esta agenda estabelecida pela UNESCO na medida em que criou medidas com vista a melhorar a qualidade para formar quadros capazes de serem inseridos em outros mercados. Existe uma política de envio de quadros para o exterior de Angola, para formação ao nível de mestrado e doutoramento, existe uma política de potenciamento das bibliotecas e laboratórios das IES.

Este alinhamento será reforçado ainda com o arranque do movimento da reforma curricular que traça orientações específicas neste sentido.

8- Que abordagem pode ser feita sobre a internacionalização do currículo em Angola?

Está nos planos das intenções, estudo em análise que já se vem afluindo pelas autoridades angolanas.

9- Num contexto em que a globalização une os diferentes interesses estaduais, que abordagem interessa o Estado angolano no que concerne o currículo educacional?

Para o MESCTI o interesse passa em transformar o currículo em um instrumento mais relevante e útil que possa contribuir para formar profissionais com o perfil realmente necessário. Pensar no currículo nacional, mas em consideração e respeito aos padrões internacionais.

10- Breve parecer sobre as melhorias a serem implementadas e critérios a serem retirados no currículo educacional do ensino superior pelo organismo titular pela sua elaboração.

As melhorias passam por estabelecer a harmonização curricular, implementar a fiscalização a avaliação da qualidade do currículo, capacitar cada vez mais os docentes e monitora-los na sua gestão, controlo e avaliação dos cursos a serem criados.

Criação de instrumentos de garantias de qualidade e aplicação do currículo.